

Tribuna Operária

ANO IX - Nº 334 - DE 19 A 25 DE OUTUBRO DE 1987

Cz\$ 15,00

Direitos Sociais na Constituinte

Pequenos avanços assustam a direita

Os trabalhadores queriam 40 horas semanais. Só obtiveram 44. Passou a exigência de pagamento em dobro das horas-extras. Foi aprovado também um piso salarial mínimo para as diversas categorias. As gestantes passam a ter direito à licença de 120 dias por ocasião do parto.

Não são vitórias decisivas, embora tenham importância para os trabalhadores. Mas os patrões, e seus prepostos na Constituinte, desencadeiam uma verdadeira guerra de mentiras, como se estivessem liquidado com o capitalismo.

Apesar do descrédito que a imprensa burguesa tenta lançar sobre a Constituinte, nas 120 horas de trabalhos em reuniões, alguns pontos importantes da nova Carta têm avançado. Os rumos dependem em grande parte da capacidade do povo pressionar os deputados e senadores. Pág. 3

EXTRA!

Notícia de última hora: a Comissão de Sistematização aprovou, nesta quinta-feira, emenda do artigo 9 da Constituinte, assegurando: é livre a organização sindical; a fundação de sindicatos não depende de autorização do poder público; é proibida a intervenção do poder público nos sindicatos; cada categoria só pode ser representada por um único sindicato na sua base territorial, que deve abarcar no mínimo um município. A emenda foi aprovada por 83 votos contra 5. Votaram contra: Lula e Plínio de Arruda Sampaio, do PT, e mais três deputados do PDT.



EDITORIAL

Chororô da direita

ela algazarra promovida pelos representantes dos patrões, parece que a Constituinte pretende decretar o fim do mundo. Uns afirmam que a Comissão de Sistematização quer afugentar os investimentos produtivos. Outros berram que se encaminha para inviabilizar a economia. Chegam a ameaçar - que horror! - com a possibilidade das medidas votadas no capítulo dos direitos sociais conduzirem o país ao socialismo.

Por que tanto barulho, por exemplo, contra a obrigação de pagar em dobro as horas-extras? Apenas pelo reconhecimento de que este não é um procedimento extra mas uma prática constante a que os trabalhadores são obrigados pela pressão do arrocho salarial. Por que se escandalizar com limitações impostas às "demissões imotivadas"? Unicamente por medo de reduzir os lucros fantásticos obtidos com a rotatividade de mão-de-obra, com salário mais baixo para os recém-contratados. Por que tachar de "criminosos" a redução da jornada semanal para 44 horas (imaginem se fossem as 40 horas), quando o aperfeiçoamento tecnológico tem multiplicado a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, os ganhos dos capitalistas?

O coro alarmista, que envolve desde Roberto Della Manna, da Fiesp, até o engomadinho deputado Afif Domingos, passando pela revelação reacionária do momento, Saulo Ramos, procurador-geral da República, denuncia o apego desmesurado da burguesia ao dinheiro.

Mas os protestos dos empresários e de seus constituintes não se restringem às questões referentes aos direitos sociais. As falsas acusações que fazem circular com tanto destaque nos meios de comunicação visam também criar um clima de descrédito da Constituinte, já prevendo a possibilidade de uma vitória importante da democracia com a aprovação do sistema parlamentarista de governo.

O próprio Saulo Ramos já demonstrou esta intenção quando declarou que deste jeito o projeto não será aprovado no plenário. Os conservadores, e José Sarney está envolvido na tramóia, ainda depositam esperança na possibilidade de impedir que a Constituinte realize a votação de cada item do projeto saído da Comissão de Sistematização, rejeitando-o antes, em bloco. É que pelo regimento, primeiro o projeto é apreciado em conjunto pelo plenário e, depois, votado ponto por ponto, com destaques.

Esta situação de instabilidade, com uma maioria conservadora na Constituinte mas, ao mesmo tempo, com certas vitórias das correntes democráticas em aspectos parciais da nova Carta, mostra que o clima de insatisfação que reina entre os brasileiros repercute entre os deputados e senadores. Eles percebem que a sociedade brasileira se assemelha a uma caldeira sob pressão. E temem, com votações contra os direitos dos trabalhadores, precipitarem uma explosão incontrollável.

Mas não basta esta vacilação para garantir uma Constituição de acordo com as exigências do povo. As teses conservadoras merecem um desmascaramento sistemático. Os constituintes que traem suas promessas eleitorais precisam ter seus nomes conhecidos pelos eleitores. As questões mais polêmicas principalmente, exigem uma discussão ampla junto aos trabalhadores. O descontentamento das massas só terá respostas positivas se manifestar-se organizadamente em ações públicas cobrando mudanças dos constituintes. E condenando as trapaças da direita.

Não se pode alimentar ilusões com as conquistas parciais obtidas nos direitos sociais. São importantes mas de maneira alguma respondem aos interesses maiores em pauta. Qualquer afrouxamento do combate nesta etapa deixaria o campo livre para a direita liquidar as esperanças de uma Carta Magna progressista.

Sarney sai mais isolado da crise que criou

Em repetidos pronunciamentos pela TV na semana passada, o governo tentou manobra para impor os cinco anos para Sarney e o presidencialismo como regime de governo. Nada conseguiu, a não ser um isolamento ainda maior. P. 3

Para onde vai a UNE depois desse Congresso?

A Tribuna Operária foi ao Congresso da UNE e traz um relato detalhado dos trabalhos, onde predominaram o partidarismo e despolitização, e onde o PT revelou com clareza seu lado anticomunista, unindo-se até mesmo ao MR-8. Pág. 7.

Barrageiros de Itaipu avançam em sua luta

As péssimas condições de vida e de trabalho, os salários exíguos, a repressão interna e externa, não têm sido suficientes para vergar a espinha dos peões que constroem uma das maiores hidrelétricas do mundo, em Itaipu. Leia reportagem na página 6



Foto: Luiz Antonio

A retirada do material contaminado é feita sem a proteção adequada

Goiânia: maior risco é a incompetência

Faltam informações e até tambores apropriados à coleta do lixo. Ainda não se sabe a extensão do desastre. Pág. 8

Vem aí outra bomba para os inquilinos

O governo já tem praticamente pronto o anteprojeto da Lei do Inquilinato, beneficiando descaradamente os proprietários. Segundo declarações do consultor geral da República, Saulo Ramos, um dos que elaboram a nova lei, de início todos os aluguéis poderão ser reajustados livremente e retornará a terrível "denúncia vazia", que permite despejar o inquilino sem qualquer motivo. Veja matéria na última página.



Despejo ameaça milhares de inquilinos

Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

POLÔNIA

Pacote econômico contra a crise?

Novos incentivos à iniciativa privada, corte de subsídios com consequente aumento dos preços, demissão de funcionários públicos, maior autonomia para os gerentes de empresas estatais e relacionamento mais estreito com o Fundo Monetário Internacional. Essas medidas constam do pacote econômico recentemente aprovado pelo Comitê Central do Partido Operário Unificado da Polônia, já endossado pelo parlamento.

Os economistas do governo calculam que as demissões atingiram pelo menos 3 mil funcionários, enquanto o corte dos subsídios provocará uma alta dos preços de 57% durante o próximo ano (atualmente a inflação é de 20% ao ano). O semanário oficial "Przeгляд Tygodniow" frisou que, mesmo ocorrendo um pequeno reajuste dos salários, o efeito geral das medidas será uma queda acentuada do poder aquisitivo dos trabalhadores, resultando numa diminuição do consumo interno.

CRISE

O pacote vem a pretexto de combater a crônica crise que assola o regime polonês. Agora os objetivos estão sendo anunciados com maior clareza pelos dirigentes revisionistas daquele país. Ao lado de aumentar a participação da iniciativa pri-

vada, o que se busca, segundo argumenta o próprio general Wejcieh Jaruzelski, é reequilibrar a relação entre oferta e procura, ou, traduzindo, abrir espaço para que as forças de mercado atuem com o máximo de liberdade.

Assim, aprofundando e tornando mais transparente as relações de produção capitalistas vigentes na Polônia, acreditam os revisionistas que a economia torna-se a mais eficiente e produtiva. São reformas à moda Gorbachov, que estão angariando a aberta simpatia não só da União Soviética, como ainda de outros países imperialistas, como os Estados Unidos.

O Vaticano também as abençoou. E Lech Walesa, líder do proscrito sindicato "Solidariedade", manifestou sua aprovação. Assessores do "Solidariedade" foram contatados e estão colaborando com o general Jaruzelski na formulação das propostas.

REGIME ANTIPOPULAR

É natural que as lideranças revisionistas procurem enganar os trabalhadores, alegando que as medidas, embora possam parecer amargas à primeira vista, acarretarão em benefícios futuros para toda a sociedade. Porém, dificilmente conseguirão ser convincentes.



Lech Walesa e Jaruzelski, agora juntos no propósito de "reequilibrar a relação entre oferta e procura"



O falso socialismo polonês já não engana muito na atualidade. O conteúdo antioperário e antipopular do regime já está demasiadamente patente. Os seguidos protestos dos trabalhadores contra a deterioração das condições de vida - e o arrocho dos salários - têm sido duramente reprimidos pelo governo. É ainda bem viva a memória do golpe militar implantado em dezembro de

1981 pelo general Jaruzelski, sob a supervisão de Moscou.

A grave crise econômica polonesa, ao contrário do que a burguesia quer fazer crer, não tem origem no socialismo. Deriva precisamente das reformas capitalistas implantadas desde o final da década de 50, que resultaram na ampliação do campo de atuação da iniciativa privada, tanto no campo

(onde quase 90% da produção é privada) quanto na cidade (onde operam centenas de milhares de pequenos empresários). Há anos que o país também vem sendo ferozmente espoliado pelo capital financeiro internacional. A dívida externa da Polónia ronda a casa dos 36 bilhões de dólares e impõe pesados sacrifícios à população. O governo reatou relações com o FMI em 1985.

Com medo do Che

Uma tropa do Exército invadiu a Universidade de Santa Cruz, na Bolívia, dia 9, quando os estudantes realizavam ato em homenagem ao guerrilheiro Ernesto Che Guevara, pela passagem do 20º aniversário de sua morte. O reitor da universidade, Manuel Angulo, disse que as forças militares, "fazendo uso da prepotência abuso de autoridade", invadiram o campus para retirar uma foto do Che. No dia 9 os repressores comemoram na Bolívia o Dia do Soldado, e na cerimônia militar o comandante do Exército, general Romulo Mercado, aproveitou para atacar Che e os que o homenageavam. Para o general, quem homenageia a um revolucionário faz "um ato de traição"...

Na linha do FMI

O governo da Iugoslávia está planejando um programa econômico de austeridade, segundo orientação do Fundo Monetário Internacional. É o que anuncia o diário oficial, "Politika". O objetivo é fazer frente à inflação de 123% ao ano e reordenar o sistema financeiro do país. Segundo o jornal, o governo pretende reduzir o pagamento da dívida externa, calculada em 19 bilhões de dólares. A orientação dos anti-marxistas é de aumentar a produção e melhorar as exportações do país.

Sabatina sionista

Os sionistas de Israel não guardam os sábados. No dia 10, eles feriram pelo menos seis pessoas ao bombardear um acampamento palestino no sul do Líbano. Foi a vigésima segunda operação aérea de Israel no Líbano neste ano. No mesmo dia, pelo menos onze estudantes palestinos ficaram feridos na Faixa de Gaza pelos ocupantes sionistas. Em Jerusalém, no dia 11 - domingo -, a polícia respondeu com tiros e bombas de gás lacrimogêneo à passeata de 2 mil palestinos que protestavam contra a tentativa de religiosos sionistas invadirem locais considerados sagrados pelos muçulmanos. No dia 12, uma mulher morreu e cinco pessoas ficaram feridas durante manifestações anti-sionistas na cidade de Ramallah Hindi, na Cisjordânia ocupada.

Mulheres e madres

Os mais de 200 bispos de todo o mundo que participaram, em Roma, do Sínodo que discute o papel dos leigos na Igreja, ficaram numa enrascada ao abordar a igualdade de direitos entre homens e mulheres. O arcebispo de Saint Louis, John May, chefe da Conferência dos Bispos norte-americanos, disse que a discriminação da mulher "é uma das mais injustas, tanto na estrutura religiosa quanto na da sociedade em geral". Porém afirmou que concorda com o papa João Paulo II, de que a possibilidade de as madres terem os mesmos direitos que os padres na Igreja Católica está absolutamente afastada: a proibição dessa igualdade "é clara e não há porque ser mudada"... Ele preferiu, então, tratar apenas da igualdade da mulher no restante da sociedade. Mas, aí, outra enrascada: ele disse ser necessário "defender a dignidade e reforçar os direitos da mulher na sociedade". Contudo um jornalista lembrou-lhe a declaração do papa, dias antes, nos Estados Unidos, de que o principal papel da mulher na sociedade continua sendo "ter e educar os filhos". O arcebispo balbuciou, balbuciou, balbuciou.

Assassinato no Haiti

Pistoleiros identificados como policiais à paisana mataram, dia 13, o dirigente democrata-cristão Yves Volé, candidato às eleições presidenciais previstas para dezembro. No momento em que foi assassinado, Yves fazia um discurso em defesa dos direitos humanos na entrada da sede da polícia civil do Haiti. Ele foi atacado por um grupo de seis homens e recebeu vários tiros, sendo atingido por pelo menos um na cabeça.

Volé é o segundo candidato à presidência assassinado. O primeiro, o candidato social-democrata Louis Eugene Athis, foi morto a machadadas no dia 2 de agosto, na periferia de Porto Príncipe.

Terror na Colômbia

Pelo menos seis pessoas morreram e dezenas foram feridas em Bogotá em protestos durante o sepultamento do senador Jaime Pardo Leal, assassinado por grupos para-militares no dia 12. O enterro do senador da União Patriótica foi acompanhado por cerca de 100 mil pessoas. No dia do funeral, 14, a capital colombiana e as demais cidades do país amanheceram paralisadas por uma greve geral de 48 horas, convocada pelas principais centrais sindicais, em protesto contra os constantes e impunes assassinatos de opositores. No cortejo foram entoadas palavras de ordem contra o governo do presidente Virgilio Barco

PERU

Garcia enfrenta os bancos

O presidente do Peru, Alan Garcia, foi forçado a decretar 48 horas de feriado bancário nos dias 13 e 14 para efetuar a estatização do sistema financeiro do país, medida aprovada há mais de duas semanas pelo parlamento e promulgada pelo governo na segunda-feira, dia 12.

Garcia não teve outra alternativa, uma vez que os banqueiros privados opuseram todo tipo de resistência à iniciativa. Desde o dia 28 de setembro, todos os proprietários dos dez bancos particulares, seis financeiras e 17 seguradoras atingidas pela lei de estatização, abandonaram suas residências e passaram a dormir nas agências centrais das instituições, esperando inibir a ação governamental.

Não ficaram nisto. Também ameaçaram com prisão os empregados que colaborassem com o governo. Por fim, há poucos dias o maior banco privado do país, Banco de Crédito, que possui 243 agências, "vendeu" 50,9% das ações da



O presidente não se intimidou

empresa a 4.297 gerentes, caixas e outros empregados. Como a lei estipula que o governo desapropriará acima de 50% das ações dos bancos, mas tão somente os acionistas com capital superior a 40 Unidades Tributárias (o equivalente a aproximadamente Cz\$ 7,5 milhões), os magnatas que dominam o Banco de Crédito julgaram que poderiam se livrar da desapropriação com este subterfúgio (a diluição das

ações, 50,9%, entre mais de 4 mil novos proprietários, o que daria lotes individuais inferiores às 40 Unidades Tributárias).

O governo, porém, não se intimidou. Não distribuiu pelo Ministério da Economia classifica a manobra de "torpe, que ofende o país" e garante que "o governo levará à frente a estatização, sem prejuízos das ações penais contra os responsáveis pela manobra dolosa".

Embora fora da lei, os banqueiros continuam agindo como se fossem os donos da hola. Classificam a legislação aprovada pelo parlamento de "espúria", dizem que nenhuma "indenização" será suficiente para impedir que tenham prejuízos, afirmam que só sairão dos bancos "à força". Alan Garcia, contudo, enfatizou que pretende apenas "democratizar e descentralizar o crédito", superando o monopólio da interdição financeira "por alguns grupos poderosos".

A URSS, da revolução à "glasnost"

O significado da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia e no mundo, na análise de João

Amazonas, é um dos artigos de destaque do número 14 de Princípios, revista teórica,

política e de informação, que acaba de ser publicado. Princípios ainda traz artigo de Luís Fernandes abordando a política econômica da "glasnost" na URSS, onde o autor revela que a orientação de Gorbachov pode ser resumida como um caminho "do capitalismo enrustido ao capitalismo assumido". As vitórias da aplicação criadora do marxismo na construção do socialismo na Albânia são o assunto de José Reinaldo Carvalho também nesta edição da revista publicada pela Editora Anita Garibaldi.

Princípios publica ainda "A pilhagem financeira: traço do imperialismo nos dias atuais de Haroldo Lima; "Fronteira em armas", de Luiz Manfredini; "Devoremos a esfinge antes que ela nos decifre", de Clóvis Moura; "Marxismo - doutrina viva e científica", de Lênin; "Sobre a ação política da classe operária", de F. Engels; e "O povo", de Eça de Queiroz.

Princípios pode ser encontrada nas sucursais da Tribuna Operária ou solicitada a Editora Anita Garibaldi, rua Bororós, 51, São Paulo, com o envio de cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo CEP. 01318

Princípios

Tribuna Operária

Semanário Nacional
Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Annual (52 edições) □ Cz\$ 1.000,00
Annual popular (52 edições) □ Cz\$ 500,00
Semestral (26 edições) □ Cz\$ 500,00
Semestral popular (26 edições) □ Cz\$ 250,00
Annual para o exterior (em dólares) □ Us\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

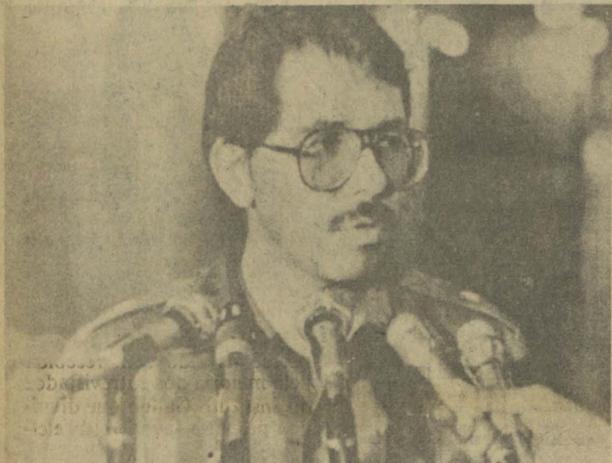
Cidade:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo CEP. 01318



Daniel Ortega: "Os nicaraguenses não querem a guerra"

AMÉRICA CENTRAL

EUA na defensiva

A orientação belicista de Ronald Reagan para a América Central está cada vez mais desgastada e isolada. Na semana passada, a Comissão Nobel do Parlamento da Noruega ofertou ao presidente da Costa Rica, Oscar Arias, o Prêmio Nobel da Paz de 1987, devido à sua atuação pelo fim dos conflitos na América Central - atuação que não corresponde aos desejos dos Estados Unidos.

Dias antes, o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, fez contundente condenação das ações agressivas patrocinadas por Reagan na região em discurso na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. A delegação ianque se retirou de plenário em protesto contra a falação de Ortega. Mas os representantes dos demais países aplaudiram calorosamente as palavras do líder sandinista.

PRESSÃO MILITAR

O líder do Partido Republicano no parlamento, Robert Mitchell, não escondeu seu desapontamento com a premiação do presidente da Costa Rica. "Foi prematuro", disse, "e os suecos não sabem o que está acontecendo na Nicarágua". Mitchell, representante do partido de Reagan no Congresso, está empenhado em fazer aprovar uma nova injeção de verbas para os contrarrevolucionários que matam e destroem na Nicarágua. O governo estadunidense pretende aplicar mais 270 milhões de dólares na luta armada que visa derrubar os sandinistas no poder. Segundo o secretário de Estado, George Shultz, a vitória dos contras "na Nicarágua depende da pressão militar dos Estados Unidos". Ao mesmo tempo, o editor-chefe do jornal "La Prensa", Jaime Chamorro, confessou que seu pasquim só existe "porque o governo dos Estados Unidos nos financia". Chamorro disse que já recebeu

mais de 254 mil dólares de Washington.

MUDANÇA DE TÁTICA

Em seu depoimento na ONU, Daniel Ortega afirmou que "o povo da Nicarágua não quer a guerra com os Estados Unidos e acredita que os norte-americanos também não desejam o confronto". A delegação norte-americana retirou-se do plenário. Depois Ortega referiu-se ao fato: "Não havia razão para eles saírem e alegarem que eu estava mentindo. Acontece que quando alguém se sente culpado, reage com violência quando alguém lhe diz a verdade".

Na defensiva, a Casa Branca teve que mudar de tática. Anunciou que vai adiar a entrega ao Congresso do novo pedido de ajuda militar aos grupos terroristas organizados pela CIA na Nicarágua. Segundo Shultz, Reagan pretende, agora "aguardar a entrada em vigor do plano para ver se ele funciona". Ele referia-se ao chamado Plano Arias - o plano de paz assinado pelos presidentes da Nicarágua, El Salvador, Costa Rica, Honduras e Guatemala, no dia 7 de agosto.

Dando cumprimento ao acordo assinado, o governo sandinista anunciou que começou um cessar-fogo unilateral decretado pelo presidente Ortega. A medida vigora nas províncias de Jinotega e Nueva Segovia, no Norte, e Zelaya, no Sul do país. Um dos comandantes dos "contras" - que não aceitam o cessar-fogo -, Bosco Matamoros, admitiu que não estavam ocorrendo combates nessas regiões. Mas foi categórico: "Continuaremos a combater até derrubar o regime sandinista". Nesse clima começou, dia 8, o "diálogo nacional", reunindo os 11 partidos de oposição e o governo sandinista. Os EUA estão isolados em sua política belicista. Mas é difícil dizer que há sinais de paz à vista.

CONSTITUINTE

Os pequenos avanços no campo social

Graças a uma estranha aliança da liderança do PMDB com os constituintes representantes dos empresários, a Comissão de Sistematização da Constituinte rejeitou um pedido de destaque, de autoria do líder do PDT, Brandão Monteiro, que pretendia reintroduzir no texto constitucional a jornada de 40 horas de trabalho, histórica reivindicação da classe operária e dos demais trabalhadores brasileiros. Comprometidos com a defesa de uma proposta alternativa, que estabelecia 44 horas semanais, os líderes peemedebistas, utilizando-se do mesmo comportamento que adotaram quando da votação da estabilidade, ficaram contra a tese mais avançada. Com isso, a proposta de 40 horas semanais foi derrotada por 51 votos contra 40. Ficaram contra as 40 horas alguns líderes expressivos do PMDB, como Pimenta da Veiga, Fernando Henrique Cardoso, Nelson Jobim, José Serra, Euclides Scalco, Arthur da Távola e outros. Numa segunda etapa, o PMDB ajudou a aprovação de destaque estabelecendo as 44 horas semanais, aprovado por 66 votos contra 23.

Apesar desta derrota, os trabalhadores conquistaram alguns importantes avanços nas votações da semana passada da Comissão de Sistematização, ampliando consideravelmente o leque dos seus direitos sociais. O principal

deles, sem dúvida, foi a garantia de pagamento em dobro para as horas extras, expressa no novo texto constitucional e aprovada por 53 votos contra 30. Essa questão exigiu diversas votações para que um avanço fosse obtido. A ideia dos constituintes progressistas era, inicialmente, a de impedir qualquer alusão no texto constitucional às horas extras, consideradas não como um direito dos trabalhadores, mas sim como um estoque de exploração do patrão. Neste sentido, foram votados três destaques ou que suprimiam as horas extras ou que tornavam explícita sua proibição, todos eles rejeitados. Numa última tentativa, colocou-se em votação o destaque solicitado pelo deputado Ademir Andrade, do PMDB do Pará, estabelecendo a exigência do pagamento em dobro para as horas extras, que acabou aprovado.

Outra importante vitória foi a ampliação da licença remunerada para as gestantes para 120 dias no mínimo, aprovada por 65 votos contra apenas 13. Ficaram contra esse destaque apenas os setores diretamente ligados aos patrões, como os constituintes Arnaldo Prieto, ex-ministro do Trabalho da ditadura, Inocêncio Oliveira, José Thomas Nonô, Luiz Eduardo, João Menezes, José Lourenço, Oswaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fiúza, Gilson Machado e Ricardo Izar, todos do PFL, e



A esquerda conquistou o pagamento em dobro das horas extras

os peemedebistas Aluísio Campos e Theodoro Mendes.

Além disso, a comissão aprovou ainda um destaque solicitado pelo senador Nelson Carneiro proibindo qualquer diferença salarial na contratação de trabalhadores em razão de sexo, cor ou estado civil. O destaque foi aprovado por 59

tra 25. No entanto, outro destaque que ampliava ainda mais essas garantias incluindo a não discriminação por motivos políticos, ideológicos ou atuação sindical, solicitado pelo constituinte Paulo Pim, acabou rejeitado por 46 votos contra 35. Em contrapartida, a Comissão aprovou o destaque

de autoria do mesmo deputado, estabelecendo a garantia de piso salarial para todas as categorias de trabalhadores, proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado. O destaque, que contempla no texto constitucional esse importante direito trabalhista foi aprovado por 54 votos contra 36.

Foram aprovados também dois destaques que ampliam consideravelmente os direitos trabalhistas. Um deles, estabelece igualdade de direitos sociais aos trabalhadores com vínculo empregatício permanente e aos trabalhadores avulsos, e foi aprovado por 48 votos contra 30. Outro, de autoria do deputado Paulo Paim, aprovado por 51 votos contra 27, estabelece a não incidência da prescrição no curso do contrato de trabalho até dois anos de sua cassação. Outra importante vitória foi a rejeição do absurdo destaque solicitado pelo constituinte José Geraldo, do PMDB, que estabelecia a possibilidade de retenção de salário por "justa causa". O destaque foi rejeitado por 50 votos contra 18. Votaram a favor do destaque, numa vergonhosa bajulação aos patrões, os constituintes José Geraldo e Dólio Braz, do PMDB, Mendes Thame, Eraldo Tinoco, Inocêncio Oliveira, José Lins, Luiz Eduardo, João Menezes, Mário Assad, Ricardo Fiúza, Enoc Vieira, Hugo Napoleão, Gilson Machado e Jonas

Pinheiro, do PFL, e Darcy Pozza, Gerson Peres e José Luiz Maia, do PDS.

Apesar dessas vitórias, os trabalhadores sofreram um outro revés. O destaque solicitado pelo líder do PCdoB, deputado Haroldo Lima, que pretendia suprimir o parágrafo 4º do artigo 6º do substitutivo, que retira o direito à proteção contra as demissões imotivadas das empresas ccm até 10 empregados, prejudicando mais de 2 milhões de trabalhadores. Apesar de obter 38 votos favoráveis contra 36, este não atingiu o quorum de 47 votos necessários para sua aprovação.

Em mais de 120 horas de reunião, a Comissão de Sistematização, ao contrário do que tem procurado alardear a grande imprensa e os representantes do grande capital e do empresariado, tem avançado em pontos importantes do texto constitucional, ampliando consideravelmente os direitos sociais dos trabalhadores e os direitos e garantias individuais. Essa é mais uma demonstração da necessidade imperiosa de que a Sistematização tenha condições de prosseguir seus trabalhos até que o texto do Projeto de Constituição seja votado integralmente. Essa é a sua tarefa regimental, e ao mesmo tempo uma garantia de que alguns avanços sejam obtidos. (Moacyr de Oliveira Filho de Brasília)

DIREITA

Sinais de assanhamento

Diante do quadro de instabilidade política reinante no país, a direita raivosa se assanha e volta a falar em golpe. Na quarta-feira, dia 7, personagens identificados com o período mais negro da ditadura militar se reuniram no Clube da Aeronáutica, no Rio de Janeiro. Entre os presentes, o ex-ministro da Justiça Armando Falcão, o general da reserva Luís Coelho Neto, o brigadeiro da reserva e notório torturador João Paulo Burnier, o general Euclides Figueiredo, irmão do último presidente do ciclo militar, e o ideólogo reacionário Jorge Boaventura.

O encontro expressou o pensamento autoritário desse segmento marginal da vida brasileira. Alegando que o país vive uma situação de preanarquia e "a beira do caos absoluto", todos os participantes pregaram a necessidade de

um novo golpe. "Se os políticos não contiverem o caos, será o caso de uma intervenção das Forças Armadas", afirmou Burnier - um dos militares responsáveis pelas ações terroristas de direita na década de 70 e autor de um plano macabro de lançar comunistas no Oceano Atlântico. Coelho Neto criticou o processo de democratização da nação, como "errado e precipitado", e Euclides Figueiredo afirmou em tom alarmista que "os socialistas já dominam o governo brasileiro".

No mesmo diapasão, poucos dias depois o ex-presidente João Figueiredo lançou seu segundo manifesto. Carregado de demagogia, o documento nas entrelinhas condena a luta pela reforma agrária e critica a postura do governo "que não paga a dívida externa". Também mostra saudosismo, elo-

giando o período da ditadura militar "que mantinha tradições políticas respeitáveis". No maior cinismo, o general responsável por inúmeros decretos-leis, intervenções em sindicatos e violências contra o povo, tenta agora posar como defensor da democracia.

Inimigos ferrenhos das liberdades, esses elementos repudiados pelo povo aproveitaram o evento do Rio de Janeiro para lançar as bases da chamada Associação Brasileira em Defesa da Democracia. O organismo, que congrega militares e civis de mentalidade tacanha e fascistoide, tem como objetivo ocupar terreno diante da inoperância e da política antipopular do governo Sarney, cultivando um clima de conspiração golpista. Nesse sentido, merece atenta vigilância das forças realmente democráticas do país.



Os generais Euclides Figueiredo e José Coelho Neto conspiram no Clube da Aeronáutica

NAU SEM RUMO

Manobra não deu certo

Em meio à tempestuosa crise que se prolonga - não se tem à vista a menor possibilidade de bonança - o timoneiro, José Sarney, tentou radicalizar fazendo manobra artificial. Resultado: o barco continua como sempre esteve, à deriva. Quem lê os documentos como o texto de Sarney, "Democracia e Desenvolvimento", a nota de 27 linhas da Executiva Nacional do PMDB, o resultado da reunião da executiva do PDS e do PFL, não consegue ter nem uma pálida ideia do que realmente está acontecendo. O fato é que os ratos da política burguesa que não vieram a luz no parto da manobra engendrada por Sarney et caterva, tentam se acomodar, pouco se importando com os compromissos programáticos de seus respectivos partidos.

A NOTA QUE NÃO DIZ NADA

A resolução da direção do PMDB, apesar de contemplar a exigência de Sarney de que se fizesse menção ao seu documento, reafirma em termos absolutamente genéricos compromissos do partido, destaca a relevância da Assembléia Nacional Constituinte e manifesta disposição de garantir a continuidade da chamada transição democrática, sem fazer a menor referência ao conteúdo do texto presidencial. Nem mesmo o pedido formulado pelo senador Fernando Henrique Cardoso de que o partido interpele o Palácio do Planalto a respeito de uma entrevista ofensiva à Constituinte conce-



Do PMDB, Sarney recebeu evasivo

dida pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, chegou a ser examinada na reunião da executiva.

Enquanto isso, no Congresso, a coleta de assinaturas individuais ao texto de Sarney não prospera. Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, não revela o número dos que o subscreveram, argumentando que essa informação é de caráter estratégico. Os comandados do presidente do PFL, senador Marco Maciel, também vacilam ou relutam em assinar. Sarney, que na

semana passada se declarou isolado em rede nacional de TV, continua mais isolado ainda. A ameaça que esgrimia, de convocar eleições gerais em 1988, caso não conseguisse carta branca para governar, parece ter sido bem recebida pela maioria dos entrevistados do Instituto Gallup que divulgou pesquisa favorável às eleições gerais no ano que vem, inclusive para presidente da República. O feitiço se volta contra o feiticeiro.

REFLEXOS NA CONSTITUINTE

O passo em falso de Sarney, sem dúvida nenhuma, terá seus reflexos nos trabalhos da Constituinte. Os presidencialistas perdem terreno e os argumentos em favor do parlamentarismo ganham força. Se esta perspectiva pode favorecer a ampliação da democracia em nosso país, por outro lado, vem acirrando os ânimos da direita, já irritada com algumas vitórias parciais dos trabalhadores nos capítulos referentes aos direitos sociais, votados na Comissão de Sistematização. Figueiredo, o general Coelho, Armando Falcão e outros conspiradores, estão afiando seus dentes para tentar entrar em cena novamente. As forças populares, democráticas e progressistas só têm uma saída: reforçar a unidade em torno de um programa que amplie a democracia, encerre logo o mandato de Sarney e promova eleições para presidente em 1988.

(Pedro de Oliveira)

BAHIA

Câmara de Salvador homenageia deputada comunista

Num discurso bastante político, que teve como ponto central a necessidade de mobilização popular para "impedir que a Constituição seja a traição dos anseios populares", a deputada federal Lídice da Mata, do PCdoB, ex-líder das bancadas do PMDB e do PCdoB na Câmara Municipal, recebeu o título de "Cidadã de Salvador" e a medalha Maria Quitéria, no salão nobre do Legislativo municipal.

O autor da homenagem foi o vereador Carvalho Guedes, que comparou a luta de Lídice da Mata por seus ideais com a de Maria Quitéria - como a heroína, Lídice também é natural de Cachoeira, interior baiano - pela independência do Brasil.

"Estamos num momento decisivo da vida nacional", disse a deputada, considerando que a questão central a ser dis-

cutida na Constituinte diz respeito à mudança do regime de governo do país, justamente o ponto que está sofrendo maior pressão para que o debate não aconteça.

As Forças Armadas e os grandes grupos econômicos, incluindo os latifundiários, têm feito o possível, na opinião de Lídice, para impedir mudanças efetivas. Mas, analisou, além da mudança do regime de governo, também são necessárias a reforma agrária, a restauração dos direitos de cidadania, a garantia de que as verbas públicas sejam exclusivas para as escolas públicas, uma política de saúde mais humana, entre outras medidas. A deputada comunista foi enfática: "precisamos conquistar uma pátria livre, uma pátria socialista".

Tanto o plenário da Câmara, onde Lídice disse se sentir em

casa - "foi aqui que aprendi a fazer política parlamentar" -, quanto a galeria estiveram lotados durante a sessão especial de entrega do título, com a presença de autoridades, lideranças políticas, representantes de movimentos populares e inúmeros companheiros de partido.

O governo do Estado esteve representado pelo secretário Filemon Mattos, e o prefeito Mário Kertesz foi representado pelo chefe da Casa Civil, Fernando Schmidt. Na mesa estiveram também a representante da OAB, Maria do Carmo; o prefeito de Camaçari, Luiz Caetano, e o deputado estadual Vandilson Costa, do PCdoB. O maestro Vivaldo Conceição prestou uma homenagem a Lídice, assim como o músico Geraldo, tecladista da banda Papateguas.

(da sucursal)



O vereador Carvalho Guedes que propôs a homenagem, chegou a comparar Lídice a Maria, Quitéria

INFLAÇÃO

Opções do governo Sarney

O governo Sarney provavelmente quis colocar à prova novamente sua badalada opção preferencial pelos pobres, presentando a população com uma nova onda de aumentos nos preços das mercadorias e serviços de grande consumo. Além da elevação da gasolina, óleo diesel, gás de cozinha e álcool, ele acaba de autorizar o reajuste do pão, leite, cigarros, frango, ônibus, refrigerantes e outros produtos, a percentuais em geral superiores a 10%.

Houve época em que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, assegurava que a administração dos preços por parte do governo é na verdade uma política de renda, uma orientação que visa interferir na distribuição das riquezas entre as classes e grupos da sociedade. Isto talvez ajude a explicar a opção preferencial do senhor Sarney.

CORDIALIDADE

É nessa condição de árbitro que o senhor Bresser há poucos dias negociou com os dirigentes da Autolatina, depois que eles resolveram paralisar a venda de automóveis para o mercado interno, o ministro reconheceu que a empresa estava, de fato, necessitando aumentar ainda mais os preços

de seus produtos e prometeu satisfazê-la.

Também junto aos panificadores, que tinham ameaçado lock-out (espécie de greve patronal), o ministro mostrou delicadeza. Sensibilizado pelos nobres interesses dos empresários do setor, autorizou o aumento do preço do pão. Fez mesmo com os produtores de frango (cujo preço subiu), do óleo de soja. E planeja majorar a carne bovina de segunda. Afinal, justifica-se o ministro, os capitalistas precisam de lucros.

Essas coisas acabam tendo reflexos indesejáveis, como a aceleração da inflação, que neste mês deverá atingir cerca de 9% (o IBGE já determinou a coleta dos preços de outubro no último dia 15). Pelos cálculos da Fundação Getúlio Vargas o índice já havia superado esta marca, dos 9%, no mês passado.

Hoje é o próprio governo, através de cálculos realizados no Ministério do Planejamento, quem prevê uma inflação superior a 10% já em novembro. Azar, é o que deve imaginar o senhor Bresser Pereira, pois nem tudo é perfeito.

Mas que não se pense que o governo preocupa-se apenas em administrar as rendas dos ricos. Ao contrário, também se

arvora em árbitro das reivindicações dos trabalhadores. Esses, como se sabe, pelem hoje por melhorar seus salários e por recompor perdas que não foram pequenas. Segundo dados levantados pelos pecuaristas, o consumo per capita da carne bovina no Brasil caiu 50% desde a década de 70, passando de uma média de 22 quilos para 11 quilos ao ano atualmente. Não devido ao aumento no preço do produto, que em termos reais (descontada a inflação) até caiu em 8,5%, nem mesmo porque o povo perdeu o apetite. A razão é mesmo a brutal queda do poder aquisitivo.

Pois, como foi dito, o senhor Bresser anda mesmo muito preocupado com as demandas trabalhistas, acredita que os capitalistas estão muito generosos e procurou interferir até mesmo na Justiça. Quem disse foi o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Marcelo Pimentel, que comentou um telefonema que lhe fez o ministro para pedir que "a Justiça não considerasse a equiparação salarial do Banco do Brasil com o Banco Central acertada após a greve realizada em março". Bresser acha que os trabalhadores estão ganhando muito, e querendo mais ainda. Assim não dá para controlar a inflação.

DÍVIDA EXTERNA

Cresce a agiotagem

A dívida externa brasileira ficou 1,4 bilhão de dólares mais cara neste ano em consequência da elevação brusca das taxas de juros no mercado financeiro internacional, conforme informações divulgadas pelo Ministério da Fazenda na semana passada.

A **prime rate**, taxa cobrada pelos grandes bancos americanos a clientes preferenciais, e a **libor**, base dos juros praticados no mercado londrino, alcançaram seus mais altos níveis dos últimos 30 meses. As duas incidem sobre nada menos que 76% dos débitos brasileiros. Um aumento de apenas 1% acarreta uma sobrecarga ao país de aproximadamente 800 milhões de dólares.

AGIOTAGEM

A **prime**, que nos últimos meses estava em torno de 7,5% ao ano, na semana passada chegou a 9,25%, estimulando também a alta da **libor**, que atingiu mais de 9% para empréstimos de até seis meses, depois de ser cotada a 6,2% em janeiro. Sobre tais percentuais recaem ainda sobretaxas a título de risco (**spread**, a mais de 2%) e comissões, quando se trata do pagamento da dívida externa. Uma formidável agiotagem.

O aumento dos encargos é automático, independente dos interesses e das condições dos países endividados, uma vez

que os empréstimos foram contraiados a taxas de juros flutuantes, por imposição dos banqueiros estrangeiros. Uma regra que evidentemente foge a qualquer noção do bom senso, mesmo do ponto de vista burguês, pois não se associa a nenhum hipotético aumento da rentabilidade do capital tomado de empréstimo.

O movimento dos juros externos apenas deixa patente a total subordinação dos países endividados ao humor das finanças nos países imperialistas. Com efeito, a decisão de elevar ou reduzir as taxas é completamente unilateral, sendo adotada seguindo a conveniência de governos (especialmente o dos Estados Unidos) e bancos estrangeiros, embora o ônus maior recaia sobre nações como o Brasil.

TENDÊNCIA A ALTA

A crise da dívida estorou em boa parte por conta desse mecanismo. As taxas, que oscilaram em torno de 3 a 5% nas décadas de 60 e 70, atingiram patamares inéditos a partir de 1979, superando inclusive a marca dos 20%. O ex-ministro Dilon Funaro estima que a alta dos juros acarretou um crescimento da dívida externa brasileira em no mínimo 25 bilhões de dólares.

Agora a tendência é novamente no sentido de que as taxas de juros sejam empurra-

das inexoravelmente para cima, em resposta à crônica crise da economia norte-americana, caracterizada por uma combinação de déficits (do governo, da balança comercial, da conta corrente), que a torna extremamente vulnerável e dependente de capital externo.

Essas dívidas da economia norte-americana vêm sendo financiadas com recursos provenientes de vários países (os dependentes na forma de remessas de lucros e juros e outros, como Japão e Alemanha, por meio de inversões particularmente em títulos públicos). Para assegurar as aplicações estrangeiras e financiar o déficit público, o governo Reagan voltou a elevar as taxas de juros. Um outro fator altista é a expectativa da inflação, que tende a se acelerar.

Ansar deste caráter arbitrário e unilateral da flutuação dos juros os banqueiros estrangeiros não querem saber sequer de amenizar as expressivas perdas causadas aos países endividados. Negam-se a discutir o estabelecimento de juros fixos de acordo com os níveis históricos das taxas e exigem que as economias dependentes sejam ajustadas para pagar integralmente os débitos, para tanto contando com a supervisão do Fundo Monetário Internacional.

HOMENAGEM

O médico guerrilheiro

Há 15 anos, no dia 30 de setembro de 1972, tombava em combate no Araguaia, Sul do Pará, o gaúcho, médico e guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho. Várias homenagens à memória desse bravo militante do PCdoB, herói da luta de libertação de nosso povo, foram prestadas em Porto Alegre.

Na Câmara Municipal, a vereadora Jussara Cony, do PCdoB, leu o artigo "Médico e guerrilheiro, herói do povo", publicado há 11 anos na edição 109 do jornal "A Classe Operária", órgão do PCdoB. No artigo é relatada a história da vida deste comunista, ressaltando que "um velho lema revolucionário, referindo-se aos combatentes assassinados pela reação que diz assim: 'Não enterram cadáveres; enterram sementes', João Carlos é uma dessas sementes. Seu sacrifício

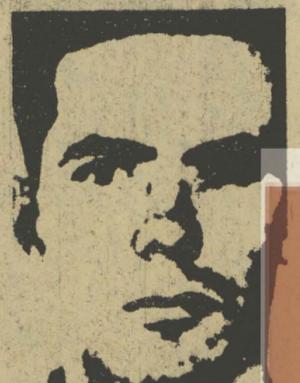
não foi em vão. Frutificará na mais esplêndida das colheitas, a da consciência que mais cedo ou mais tarde transformar-se-á em irresistível força material capaz de varrer os anões da reação para a lixeira da história".

O líder do PT na Assembléia Legislativa, Raul Pont, prestou homenagem, em nome de seu partido, e leu uma nota em nome do Diretório Regional do PCdoB, onde é ressaltada a luta e a dedicação de Haas como médico e guerrilheiro.

Também o deputado constituinte Olívio Dutra, do PT-RS, enviou telegrama ao PCdoB onde afirma ser "triste lembrar da morte de um médico combativo, ocorrida há 15 anos, na Guerrilha do Araguaia. Porém, é importante lembrar que este cruel assassinato, ficando o corpo do companheiro exposto ao público da

cidade de Tocantinópolis, como forma de intimidação do pensamento revolucionário, foi marco para a conscientização do povo..."

(da sucursal)



Haas, assassinado no Araguaia



Açougue vazio em São Paulo, hoje uma rotina. A queda dos salários reduziu a demanda pela metade

Estude o marxismo-leninismo

Marx/Engels

A Comuna de Paris - C7\$ 50,00
A Ideologia Alemã - C7\$ 224,00
O Manifesto do Partido Comunista - C7\$ 110,00
Obras Escolhidas, vol 1 - C7\$ 350,00
Obras Escolhidas, vol 2 - C7\$ 350,00
Obras Escolhidas, vol 3 - C7\$ 350,00
Sobre a Literatura e Arte - C7\$ 170,00
Obras Escogidas, (em 1 tomo) - C7\$ 495,00

Marx/Engels/Lênin

Acerca del Anarquismo y el Anarco-Sindicalismo - C7\$ 190,00

Karl Marx

A Guerra Civil na França - C7\$ 190,00
Luta de Classes na França - C7\$ 250,00
Miséria da Filosofia - C7\$ 390,00
A Origem do Capital: A Acumulação Primitiva - C7\$ 150,00
Salário, Preço e Lucro - C7\$ 110,00
Trabalho Assalariado e Capital - C7\$ 140,00

Engels

A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado - C7\$ 320,00
O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem - C7\$ 110,00
A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra - C7\$ 420,00
Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico - C7\$ 150,00

Lênin

Como Iludir o Povo - C7\$ 110,00
O Estado e a Revolução - C7\$ 290,00
O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo - C7\$ 140,00
Que Fazer? - C7\$ 269,50
Sobre a Emancipação da Mulher - C7\$ 290,00
Obras Escolhidas, vol 1 - C7\$ 350,00
Obras Escolhidas, vol 2 - C7\$ 350,00

Obras Escolhidas - vol.3 - C7\$ 350,00

Falência da II Internacional - C7\$ 100,00
Ilusões Constitucionista - C7\$ 180,00
1905 - Jornadas Revolucionárias - C7\$ 175,00
Problemas Agrário - C7\$ 100,00
Sobre os Sindicatos - C7\$ 245,00
Os Comunistas e as Eleições - C7\$ 50,00
As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo - C7\$ 120,00
Acerca de la Religion - C7\$ 85,00
Acerca de la Juventud - C7\$ 180,00

Acerca de la Coexistencia Pacifica - C7\$ 90,00

Acerca de la Frase Revolucionaria - C7\$ 100,00
Acerca de la Prensa - C7\$ 160,00
Acerca del Movimiento Comunista y Obrero Internacional - C7\$ 150,00
La Alianza de la Clase Obrera y del Campesinato - C7\$ 400,00
Articulos y Discursos Dedicados a los Aniversarios de la Revolucion de Outubro - C7\$ 100,00
Cartas desde Lejos - C7\$ 70,00
Cartas sobre Tactica - C7\$ 90,00
Contra el Oportunismo de Esquerda y de Derecha - C7\$ 225,00

La Consigna de los Estados Unidos de Europa - C7\$ 65,00

Desarrollo del Capitalismo em Rusia - C7\$ 165,00
La Defensa de la Patria Socialista - C7\$ 55,00
Dos Tacticas de la Social Democracia en la Revolucion Democratica - C7\$ 60,00
Marx, Engels, Markismo - C7\$ 65,00
Notas Criticas sobre el Problema Nacional - C7\$ 65,00
El Oportunismo y la Bancarrota de la II Internacional - C7\$ 50,00
El Poder Sovietico y la Situacion de la Mujer - El Dia Internacional de las Obreras - C7\$ 50,00

Problema de Política Nacional y Internacionalismo Proletario - C7\$ 100,00

La Política Exterior del Estado Soviético - C7\$ 65,00
A los Pobres del Campo - C7\$ 65,00
El Problema Agrario y los Criticos de Marx - C7\$ 65,00
Que es el Poder Sovietico - C7\$ 85,00
Sobre el Intervencionismo Proletario - C7\$ 100,00
El Socialismo y la Guerra - C7\$ 65,00

Las tareas Inmediatas del Poder Sovietico - C7\$ 65,00

La Internacional y su Lugar en la Historia - C7\$ 000,00

Tarea de las Organizaciones Juveniles - C7\$ 000,00

Obras Escogidas (en 12 tomos) - C7\$ 000,00

Obras Completas (en 55 tomos) vols. 1 ao 42 - C7\$ 000,00 (C7\$ 300,00 cada)

Stalin

Fundamentos do Leninismo - C7\$ 180,00
Materialismo Dialético e Materialismo Histórico - C7\$ 140,00
Problemas Económicos do Socialismo na URSS - C7\$ 200,00
Questões Políticas - C7\$ 140,00

Leia e Divulgue

A Classe Operária (assinatura 12 números) - C7\$ 140,00
Revista "Principios" (assinatura 4 números) - C7\$ 700,00
números atrasados da "Principios" 4, 6, 8, 9, 13 (cada) - C7\$ 180,00

Os pedidos serão atendidos mediante cheque nominal à

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Atendemos através do reembolso postal

Pedidos à:

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua dos Bororós, 51 - 3º andar

CEP: 01320 - SP

Fone: 011-276-3220

CAPITALISMO

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A demagogia do fascismo

Pode o fascismo angariar a simpatia de parcelas do povo? Alguns imaginam que isto não é possível pelo fato dele representar o que existe de mais reacionário na burguesia. Mas é bom lembrar que, em circunstâncias particulares, no período anterior à Segunda Guerra Mundial, Hitler e Mussolini arrastaram segmentos consideráveis das massas.

CANTO DA SEREIA

Jorge Dimitrov, em seu informe ao 7º Congresso da Internacional, indicou que "o fascismo consegue atrair massas por apelar, de forma demagógica, para o que de mais sensível existe nas suas necessidades e aspirações". Inclusive, continua ele, "joga com seus sentimentos de justiça e mesmo, por vezes, com suas tradições revolucionárias".

O grande dirigente do proletariado, analisando ainda as condições do surgimento do fascismo, mostrava, em 1935, que "massas de pequena-burguesia, mesmo uma parte dos operários, levados ao desespero pela miséria, pelo desemprego, pela precariedade da sua existência, tornam-se vítimas da demagogia social e chauvinista do fascismo".

Aqui no Brasil estas palavras merecem toda atenção na situação em que atravessamos. É bom lembrar que a quartelada de 1º de abril de 1964 se autointitulou de "revolução".

Atualmente, a UDR trata de explorar demagogicamente a insatisfação dos pequenos agricultores escravizados pelas dívidas bancárias com juros exorbitantes. Os integralistas - discípulos tupiniquins do nazi-fascismo europeu - tratam de se reorganizar. Esta gente, cinicamente, fala em salários justos para os trabalhadores, diz-se indignado com a corrupção, trata de manipular a decepção popular com os rumos tomados pela Nova República e, em especial, com a incompetência do governo Sarney.

"SOFRER MAIS"

É bom prestar atenção ao que declarou recentemente o arquireacionário general Coelho Neto. Ele ameaçou com uma futura intervenção das Forças Armadas na vida política. Mas - disse ele - "o povo ainda precisa sofrer mais". Ou seja, nos planos da direita, um fator chave é o avanço do pessimismo e frustração do povo.

A fragilidade relativa do movimento operário e popular, ainda amarrado pela grande divisão - inclusive no movimento sindical - e por uma certa perplexidade diante do quadro de agravamento da crise econômica e política, facilita o campo para as articulações desta corrente.

Por outro lado, a alternativa revolucionária ainda não penetrou mais profundamente nas massas. A própria construção do partido de vanguarda do proletariado ainda apresenta debilidades. As lutas de massas se espalham, mas, se não se encaixam de forma organizada e com objetivos claros, podem se desenvolver de forma anárquica. E podem, em determinados momentos, se desviarem dos interesses maiores dos próprios trabalhadores.

Neste quadro, torna-se urgente a unidade de ação do proletariado acima dos exclusivismos partidários, contra as manobras da direita e em defesa dos direitos do povo; maior atenção à consolidação da unidade operário-camponesa, à mobilização da juventude e das mulheres, em ações concretas pela liberdade e o progresso. Nesse movimento de ampla frente única, crescerá também, pela comprovação prática de suas orientações, o movimento marxista-leninista, condição indispensável para que a luta de massas condene cabalmente a falsa solução fascista e dirija-se vitoriosamente rumo a uma sociedade superior, com o fim do capitalismo e construção do socialismo. (Rogério Lustosa)

Nem Keynes o livra do fim

Em época de crise como a que estamos vivendo é crescente o interesse por parte do povo pelas questões econômicas. Um sintoma disso é o grande espaço que a imprensa (jornais, rádios e TV) dedica ao assunto. Contudo, são inúmeras as opiniões e explicações contraditórias, anticientíficas, místicas, que tem como único objetivo encobrir a realidade, deturpar os fatos e fenômenos para justificar e defender um regime caduco, que já nada de progressista tem a oferecer e realizar.

Neste sentido, cabe hoje um destaque para a falência das teorias burguesas nos mais diversos campos, refletindo e sendo consequência do aprofundamento da crise geral do sistema capitalista. Isto aparece com força nas questões relacionadas aos fenômenos econômicos e os estudos a respeito.

O poder explicativo das teorias econômicas burguesas é a cada dia menor, constituindo uma verdadeira agressão ideológica levada a cabo pelos escribas a soldo dos exploradores do povo. É o que tem atestado, por exemplo, a inocuidade das diferentes políticas antiinflacionárias aplicadas ao longo dos últimos anos.

Na atualidade, os economistas burgueses não se preocupam em nada com as formulações teóricas, restringem-se à propaganda mentirosa do capitalismo. Quando muito debruçam-se sobre os problemas conjunturais de um ponto de vista pragmático. Assim, livros e livros são escritos sobre o problema da inflação sem a mínima base teórica conceitual, discute-se a elevação dos preços sem mesmo se indagar antes o que é o valor, qual a sua relação com os preços, o que é o dinheiro e as leis que o seu movimento reflete.

No desespero de buscar uma tábua de salvação para o capitalismo em crise, a burguesia está sempre elaborando teorias que possam ser utilizadas em sua defesa. É grande o número de correntes de pensamento econômico, em geral reacionárias, que tentam apresentar os pontos de vista dos capitalistas "em linguagem aparentemente mais teórica".

KEYNES: DEFENSOR DOS MONOPÓLIOS

Tem se destacado hoje, neste campo, o chamado keynesianismo. Um grande esforço de propaganda é efetuado no sentido de apresentar um ardoroso defensor do imperialismo inglês, funcionário da coroa britânica e dos banqueiros londrinos - John Maynard Keynes - como grande teórico da economia. O próprio "plano de controle macroeconômico" elaborado pelo Ministério da Fazenda do governo Sarney é um amontoado de equações econômicas em boa medida baseadas no keynesianismo.

O que dizia Lord Keynes? Em primeiro lugar, é preciso acentuar que Keynes surgiu com suas teorias na época da crise geral do sistema capitalista. Viveu entre 1883 e 1943 e produziu suas obras básicas no início deste século. Quando a crise econômica e o desemprego já tinham se tornado fenômenos crônicos do sistema. Um período em que o Estado monopolista passava a ser a própria forma de desenvolvimento dos monopólios.

Tomando de empréstimo teses sobre o ultraimperialismo, segundo as quais o desenvolvimento dos monopólios eliminaria espontaneamente a anarquia da produção e o sistema capitalista caminharia para sua autoregulação, Keynes defendeu a idéia de que com a crescente intervenção do Estado na economia pode-se corrigir os defeitos do capitalismo, amenizar a anarquia imperante na produção, evitar as crises e reduzir o desemprego.

Sempre com um ponto de vista burguês, apologista dos monopólios, ele considerava que a raiz dos problemas encontra-se no estado de espírito dos capitalistas. Assim, quando os empresários estiverem pessimistas, com falta de confiança nas perspectivas da economia, o Estado deveria favorecer ao máximo a burguesia no sentido de "levantar o ânimo", disseminar o otimismo para que os monopólios tenham confiança em realizar os seus investimentos, evitando-se as quedas na produção.

Vale dizer que é bastante contraditória a posição dos conservadores contra a presença do Estado na economia. Assim, as grandes construtoras, os bancos, os monopólios nacionais e estrangeiros, reclamam do intervencionismo estatal, mas, na prática, vivem dos favores do Estado, substanciados nos grandes projetos, nos juros da dívida interna, nos subsídios, etc... Keynes "teorizou" sobre a presença do Estado na economia de um ponto de vista burguês. Para ele, não importava se o Estado gastava em armas, ou serviços sociais, ou "construindo pirâmides", como ele dizia. A política econômica, segundo ele, deve no fundamental, criar boas perspectivas aos donos da produção.

Ele considerava, portanto, que a economia é regida por leis psicológicas inerentes à natureza

humana. Trata-se de um ponto de vista idealista, que subverte a realidade. Na verdade, a economia é regulada por leis objetivas, que se refletem na consciência das pessoas. Não é o pessimismo dos capitalistas que provoca a crise, mas, ao contrário, as crises - inevitáveis no capitalismo - que causam o pessimismo e mesmo o desespero dos exploradores do trabalho alheio. No fundo, a intenção de Keynes (*) era propagar a necessidade do Estado e dos trabalhadores colaborarem ao máximo com os capitalistas, deixando-os felizes e em condições de promover o crescimento econômico.

KEYNESIANISMO NÃO É CIÊNCIA

É preciso ressaltar, contudo, que até o início do século XIX a economia burguesa tinha alguns aspectos científicos. O predomínio político dos capitalistas ainda não estava completamente consolidado, a burguesia ainda era uma classe social de caráter progressista, precisava se armar com a ciência para combater a aristocracia feudal e promover o desenvolvimento econômico e social.

Com o avanço do capitalismo, e o inevitável acirramento da luta de classes, é o proletariado, através de seu mais destacado teórico - Karl Marx - que se mostra em condições de elevar a economia à categoria de ciência, no interesse de conhecer em profundidade o modo de produção capitalista e utilizar este conhecimento na luta pelo fim da exploração e pelo socialismo.

Marx elaborou uma teoria científica que lança luz sobre a essência do capitalismo. Combateu, com firmeza, a idéia de que o capitalismo seria um regime eterno. Concluiu, ao contrário, que o capitalismo sobrevive por meio da exploração crescente dos operários e pôde dissecar as contradições derivadas da propriedade burguesa sobre os meios de produção.

Marx observou que, no processo produtivo, o operário cria uma quantidade de riquezas superior ao valor da sua força de trabalho, ao valor das mercadorias necessárias à sua subsistência. A diferença é o que o marxismo chama de mais-valia, trabalho não-pago, fonte de lucro dos juros, da renda da terra, do lucro comercial, do sustento do Estado etc. Mostrou que a contradição entre o caráter social do trabalho e o caráter privado da apropriação do que vai ser produzido,

manifesta-se nas crises econômicas cada vez maiores, que levarão o capitalismo ao seu fim.

A economia burguesa depois de Marx transformou-se numa anti-ciência. Nela, não se avalia mais o que corresponde ou não à realidade. Por isso, Marx qualificou com precisão a economia burguesa de economia vulgar fazendo a notável e acurada observação de que "o economista vulgar, apenas traduz as idéias peculiares dos capitalistas prisioneiros da concorrência em linguagem aparentemente mais teórica, mais geral e pelega por justificá-las". (Marx, em O capital, livro III, cap. XIII)

O viés básico da economia burguesa, e particularmente a Keynesiana, é não admitir a realidade, procurar negar que o capitalismo é um regime explorador e argumentar que as adversidades do sistema poderão ser superadas por meio de políticas econômicas adequadas. É evidente que sob esses aliteres não se pode construir uma teoria científica. Só embuste.

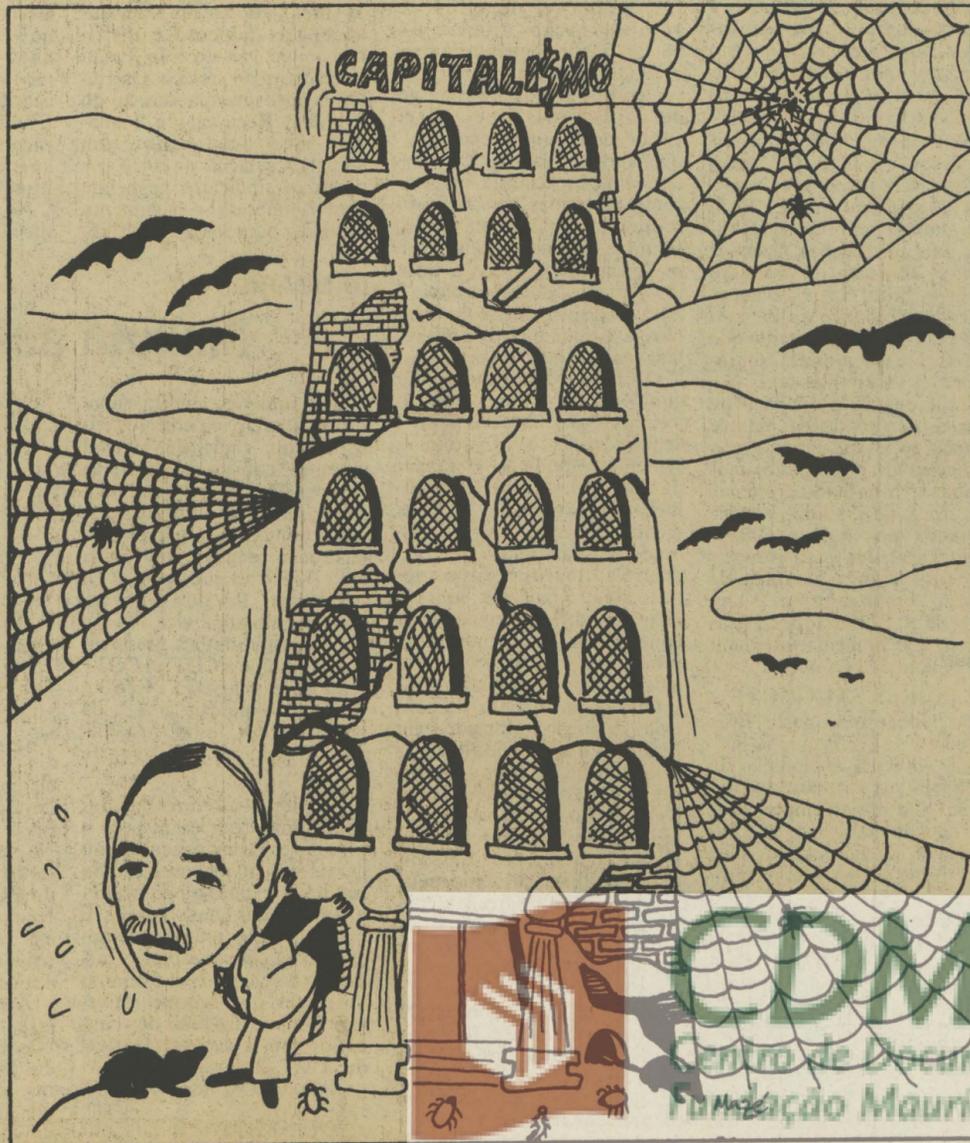
O idealismo de Keynes chega a extremos quando afirma que aumentando sua renda o homem tem uma maior propensão a poupar do que a consumir. Ele procura, por este meio, justificar a necessidade do Estado colaborar com os monopólios por meio dos gastos públicos, numa linha de raciocínio que não corresponde em nada à realidade, dado que os investimentos no sistema capitalista dependem dos lucros, que são determinados conjuntamente pelos ciclos econômicos e em última instância pelo grau de exploração dos operários, enquanto o consumo individual depende da distribuição da renda e este do modo de produção e seu desenvolvimento objetivo que, no caso do capitalismo, é algo acompanhado do empobrecimento relativo e absoluto dos trabalhadores.

Os keynesianos e seus seguidores apresentam modelos matemáticos de equilíbrio geral onde o princípio fundamental é que o futuro depende das expectativas presentes dos burgueses. Nas fórmulas desses pretensos economistas obviamente não aparece a exploração do proletariado.

Procura-se "administrar" a economia de um país como se fosse uma empresa. No caso do Brasil, os keynesianos não consideram que em nosso país existe uma acirrada luta de classes entre o proletariado e a burguesia e, além disso, uma luta de todo o povo brasileiro contra o saque imperialista. Procuram inutilmente, alguma teoria econômica, uma fórmula matemática para que o país cresça sem romper com uma estrutura econômica profundamente injusta e retrógrada. Basta verificar que o "Plano de Controle Macroeconômico" do Ministro Bresser apresenta números tentando mostrar a possibilidade de pagar a dívida externa e ainda crescer 6 a 7% ao ano. Além disso, o Plano é um típico chamamento ao otimismo dos empresários.

É por isso que muitos professores de economia são chamados a "ajudar" o governo na administração dos negócios da burguesia. Estes economistas são especialistas em apresentar os objetivos dos grandes capitalistas como sendo o objetivo de toda a sociedade. O máximo que admitem é a existência de um "conflito distributivo" entre os trabalhadores e os capitalistas que deve ser equacionado à luz dos objetivos maiores da produção. Saem por aí dizendo que se os salários subirem, teremos inflação. Propagandeiam que os capitalistas devem ter bons lucros ou estes não investirão e a economia não crescerá, etc.

O próprio Keynes assim o fazia quando ao mesmo tempo que trabalhava com as características psicológicas dos capitalistas, afirmava que "o consumo, como se sabe, é o objetivo de toda a atividade econômica". O que não é verdade, pois na sociedade burguesa, o objetivo da produção é o lucro consequentemente e a exploração crescente dos trabalhadores. Somente no socialismo é que a produção se regula pela finalidade de atender as necessidades da população. Isto tudo apenas prova a Keynes foi um adversário do proletariado, no campo teórico e prático e, por isto, o keynesianismo é uma corrente de pensamento retrógrada que leva a ser implemmentada e combatida pelos que almejam um regime social de ordem superior. (Agenor da Silva)



DE OLHO NO LANCE

Dois pesos...

Há alguns meses, tropas de elite, apoiadas por tanques e navios de guerra ocuparam portos e refinarias em todo o país para sufocar a mobilização dos trabalhadores destes estabelecimentos em busca de melhores salários. Em fins de setembro, soldados do Exército agrediram a golpes de baionetas os operários de Itaipu que também reclamavam reajustes compatíveis com os elevados níveis de inflação. O pretexto para estas arbitrariedades era de que as reivindicações eram "impatrióticas".

Mas contraditoriamente, agora os militares querem um aumento de 197%, "para repor" as perdas desde o Plano Cruzado. Dizem os altos comandos que a situação é "aflictiva". Talvez queiram mesmo afirmar que a melhoria de condições materiais destes "valentes" que tratam de manter a "ordem interna" atacando com fuzis e carros blindados os trabalhadores desarmados, é essencial à segurança nacional.

O episódio serve para demonstrar, com muita força, como é absolutamente urgente subordinar as Forças Armadas aos poderes constituintes e retirar de suas atribuições a intromissão nos assuntos internos. No mínimo porque não se pode aceitar que o estômago dos militares seja maior do que o dos civis - coisa que eles querem nos impôr na base da força.

ITAIPÚ

Barrageiros enfrentam fuzis e Governo

A segunda greve dos barrageiros de Itaipú encerrou-se no último dia dois, com saldo econômico positivo. Os grevistas desde o início exigiam 40% de reajuste, enquanto os patrões ofereciam apenas 14%, e com um agravante: deflagrada a greve ameaçaram retirar a proposta, o que se comprovou logo no primeiro dia.

Durante todo o período do movimento os patrões se mostraram irredutíveis, sendo que o Juiz da DRT/PR, diante da arrogância dos empresários, propôs 14,78% de reajuste, mas 5,2 de aumento real de salário. Os empresários concordaram com os 14, mas negavam-se a aprovar os 5% de aumento real, além do que exigiam a reposição dos dias parados com a greve. Enquanto isso, o gen. Ney Braga mandava intensificar o cerco aos grevistas, impedindo a realização de Assembléias para analisar as propostas dos patrões e aprovar uma contra-proposta. Mesmo assim a peãozada continuou firme, a comunidade reforçou o movimento de apoio aos trabalhadores e de protestos aos militares, até que na sexta-feira os patrões se dobraram, aceitando os 1,74 mais 5,2 totalizando 20% de aumento, além do não desconto e não punição aos grevistas.

SALDO POLÍTICO

Apesar da importância das conquistas econômicas, o saldo mais importante se deu do ponto de vista político, principalmente se considerarmos a hidrelétrica de Itaipú como um todo, sua importância econômica, estratégica e geo-política.

A Itaipú binacional é a maior hidrelétrica do mundo,



Os urutus da brigada de Cascavel e do batalhão de Foz do Iguaçu não foram suficientes para quebrar a disposição de luta dos trabalhadores

sozinha hoje, ela fornece energia para toda a região sul e sudeste, mas se tomarmos o fato de todo o sistema de distribuição de energia no Brasil ser interligado, verificamos que a queda do fornecimento provocaria um blecaute em todo o país. Por outro lado, está localizada em zona de fronteira, onde o rompimento da barreira inundaria praticamente toda a Argentina, causando uma verdadeira catástrofe. Soma-se a isso os bilhões de dólares que sempre movimentou, desde o início de sua construção, onde se presume que boa parte do dinheiro gasto - em vez de transformar-se em concreto

armado ou em turbinas geradoras de energia - deve estar engordando a conta de muita gente tida como grande nos bancos da Suíça.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os barrageiros estão ainda com um pequeno nível de organização, mas mesmo assim, em fevereiro deste ano, quando ainda não tinham o Sindicato da categoria, mas apenas uma Associação pré-sindical, realizaram uma greve com adesão em massa da categoria, justamente quando da visita do Presidente Sarney à Itaipú para inaugurar uma das turbinas.



Na ocasião, o Exército interveio isolando os grevistas para não estragar a "festa do presidente". A greve, fora da data-base, durou seis dias, e de uma pauta de reivindicações de 60 itens, conquistaram 49, entre aumento salarial, 30% de periculosidade/insalubridade, ajuda-de-custo auxílio moradia,

escola gratuita e equipamentos de segurança.

As condições de trabalho são ruins, resultando em um elevado índice de acidentes, e atualmente o Sindicato está realizando perícias para quantificar e comprovar o real número de acidentados.

As condições de moradia e

transporte mostram a discriminação existente por parte da direção da Itaipú para com os trabalhadores. Na vila "A" as casas são de boa qualidade, as ruas são todas pavimentadas e o transporte é feito através de confortáveis ônibus. Já na "C", a principal concentração dos barrageiros, as condições são péssimas e o transporte é feito através do que os trabalhadores chamam "Papa-Fila", que são carretões que transportam cerca de 300 a 400 trabalhadores por vez, onde, segundo o Tesoureiro do Sindicato, João Pedro, "o pessoal é transportado como animal".

Ao final, apesar de uma categoria com um sindicato ainda novo, de toda a repressão interna e de toda violência do Exército, a categoria e o Sindicato saiu fortalecida e vitoriosa, enquanto o Exército e o Diretor da Itaipú, gen. Ney Braga saíram desmoralizados e desgastados em toda a região, além de desgastados perante as forças políticas e populares do Estado. Para encerrar a greve, como um grito de vitória, os grevistas realizaram uma passeata pela cidade, trazendo consigo mulheres, filhos e demais aliados de luta.

José Carlos Trizotti - Sucursal do PR)

BAHIA

Sinditêxtil denuncia exploração

Em 1985, na Bahia, foi amplamente divulgada a importação do venenoso Pó da China pela empresa Stells Azurra. Como este produto tem uso proibido em nosso país, os proprietários da indústria fizeram o transporte às escondidas até o Centro Industrial de Aratu. Na ocasião, os órgãos responsáveis pelo controle deste tipo de matéria-prima anunciaram que a Stella Azurra sofreria sanções. E mais: em agosto de 85 ficou estabelecido o prazo de dois anos para que a empresa substituisse o produto por outro menos tóxico. O fato é que até hoje não se tem notícias de multas ou sanções de qualquer espécie e o produto continua sendo livremente importado e utilizado. Pelo contrário, os donos têm sido brindados pelo

governo federal com facilidades nas transações de compra de fazendas de sisal em Santa Luz, pelo governo estadual, nas transações com a Sulba além de negócios com a Limpur e Transtur do governo municipal.

Quem faz estas denúncias é o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem das Cidades de Salvador, Simões Filho e Camaçari, mais conhecido como Sinditêxtil-BA. Mas os problemas da categoria com a Stella Azurra não terminam aí. Em questões trabalhistas, a guerra que a indústria vem desencadeando contra os trabalhadores é total: desde o enquadramento sindical, passando pela jornada de trabalho, as dificuldades de transporte, o atendimento médico, a rotatividade

de mão-de-obra e, principalmente, a incidência de doenças profissionais. Os operários, apesar de trabalharem com o perigoso Pó-da-China, não têm a menor proteção, pois não dispõem de fardamento nem equipamento individual. Eles trabalham semi-nús (apenas de cuecas), descalços e são obrigados, ainda por cima, a misturar o produto com creolina. O mau cheiro na área de produção é insuportável e uma cena comum é se ver operários com o corpo todo cheio de feridas. O Sinditêxtil tudo tem feito para defender os direitos dos trabalhadores, mas de um ano para cá a situação tem piorado bastante e o próprio governo estadual não tem tomado providências diante das denúncias do sindicato. (sucursal Bahia)

BRADESCO

Os podres do império

Ainda não há novidades na campanha salarial dos bancários. Apesar da data-base de 1º de setembro ter expirado, a Fenaban (federação dos banqueiros) se recusa a negociar formalmente com os sindicatos. A desculpa é a mesma: os bancos não têm condições de ceder o reajuste reivindicado pela categoria e nem mesmo os índices fixados pela justiça (TRTs). Um rápido exame do império Bradesco mostra a falsidade desse argumento.



local. Segundo o relatório - que não foi contestado pelo banco - o grosso dos trabalhadores não tem registro e recebe salários abaixo do mínimo. Suas condições de moradia são precárias - a base de casebres insalubres e construídos de "caixas laminadas de leite, viradas ao avesso, armadas com ramos de eucalipto e acabadas com pedaços de plásticos e folhas de zinco".

Nos outros latifúndios do Bradesco a situação é semelhante. Recentemente a Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Araguaia-Tocantins apresentou uma relação das fazendas que se utilizam do trabalho escravo. Entre elas, estavam as fazendas do banco no Bico do Papagaio. A CPT garante que nessas áreas "grande contingente de trabalhadores são contratados para limpeza de pastos, derrubada de mata e outros serviços, mediante a promessa de pagamento, mas acabam trabalhando apenas em troca de comida, sempre vigiados por homens fortemente armados para impedir protestos e fugas". Ainda de acordo com organismo, "só na fazenda Rio Dourado, do Bradesco, 200 homens trabalham em regime de escravidão".

PIORES SALÁRIOS

O poderoso império Bradesco foi - e é - erguido às custas da violenta exploração de milhares de assalariados. O banco é o maior empregador privado do país, com 152 mil funcionários. Estes são os mais mal pagos do setor financeiro. Cerca de 60% dos bancários do Bradesco recebem o piso salarial da categoria - que atualmente é de Cr\$ 5.973,00. Para manter os ordenados sempre baixos o conglomerado abusa do expediente da rotatividade. A média de permanência dos funcionários das agências é de apenas dois anos.

O Bradesco também é "mestre" na utilização de recursos

para iludir os funcionários e aumentar a produtividade. Recentemente dezenas de lideranças sindicais bancárias realizaram um Seminário Nacional Sobre o Bradesco, onde estudaram os métodos de administração interna do banco. Segundo denunciaram, o Bradesco costuma promover escriturários para o cargo de caixas, mas estes ficam vários meses sem receber qualquer aumento salarial. O banco também é especialista em criar chefes fantasmas, "ou chefes do próprio umbigo". Desta forma, estimula a concorrência entre os funcionários e cria a falsa imagem do "status de chefe". Através desse recurso, também obriga o funcionário a trabalhar mais de oito horas diárias.

O regulamento interno do conglomerado é uma pérola do pensamento autoritário - "causa inveja a Mussolini e Hitler". Segundo as lideranças da base, "através desse instrumento o Bradesco procura igualar todos os funcionários, desde a sua aparência física e o controle de seus gestos corporais, até a vigilância sobre a vida privada". O regulamento contém uma lista enorme de proibições e obrigações. Há ainda o estímulo a delação.

Outro instrumento de controle ideológico utilizado pelo Bradesco é a religião. Na triagem dos funcionários um critério importante é a crença em Deus. Todo ano o banco promove uma grande festa religiosa, com artistas famosos, para espalhar sua demagogia. Sua sede central fica na chamada "Cidade de Deus". Através da Fundação Bradesco, que conta com 29 escolas e cerca de 30 mil alunos, o conglomerado também investe na formação deformadora de jovens, ensinando-os a "obediência cega ao chefe ou superior e a aceitação da exploração como natural e permanente".

(Altamiro Borges)

GASEIROS

O resultado da greve

Após uma semana de greve, os trabalhadores nas empresas de engarrafamento e distribuição de gás de São Paulo retornaram ao serviço. Os grevistas aprovaram a decisão do Tribunal Regional do Trabalho, que determinou um aumento salarial de 44,7%, e agora os sindicatos negociam com as empresas o pagamento dos dias parados e a estabele-

cimento do emprego. Já no Rio Grande do Sul, a paralisação no setor prossegue, com a entidade sindical da categoria reivindicando pelo menos um acordo igual ao de São Paulo. E no Rio de Janeiro, a greve foi encerrada na semana passada apenas com o reajuste de 21,48% previsto pelo governo.

Na avaliação de Edson Martins Guerra, diretor do Sindi-

cato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do ABC paulista, o resultado da greve no Estado foi positivo. "Economicamente, conseguimos superar os índices de arrocho do governo. Politicamente, mostramos a força da categoria. Houve grande coesão na greve e a unidade foi fundamental para nossa vitória".

BANCÁRIOS-BA

Disputa acirrada no sindicato

Com uma base sindical superior a 20 mil e um colégio eleitoral com mais de 10 mil votantes, começa no dia 19 as eleições do Sindicato dos Bancários da Bahia, um dos mais importantes do país. Três chapas concorrem, a 1, controlada pelo PCB e liderada pelo atual presidente, Beraldo Boaventura; a 2, do atual vice, Álvaro Gomes, candidato à presidência, e que uniu a CUT e a CGT e é apoiado pelo PT, PCdoB e delegados sindicais; e a 3, da chamada ala "xiita" do PT, sem qualquer chance na disputa.

Dez dos 24 diretores, ligados ao PCdoB, romperam com o presidente Beraldo, acusam-no de autoritário na condução do sindicato e omissão no encaminhamento das lutas sindicais. E optaram pelo método democrático da convenção para formação da chapa 2, que uniu os dirigentes que sempre estiveram à frente das lutas dos bancários com a ala mais flexível da CUT, liderada pelo ex-presidente Osvaldo Laranjeiras.

A campanha terminou oficialmente na sexta-feira. Mas deve continuar durante o processo de votação, até o dia 22. Na semana passada a chapa 1 centrou seus ataques no apoio do PCdoB e do PT à chapa 2. Num discurso policial, fala em loteamento de cargos e tenta explorar o preconceito anticomunista.



Álvaro, líder da chapa 2

Essa tática não surtirá efeito: "Os bancários nos conhecem das frentes de luta, das passeatas, das manifestações, dos piquetes. Sabem também das atitudes antidemocráticas do

presidente, que desrespeita as decisões das assembleias, não acata abaixo-assinados e raramente é visto dentro de um banco mobilizando os companheiros".

FORÇA DA UNIÃO

A chapa 2 utiliza uma palavra-de-ordem que empolga os bancários em suas manifestações: "Unidos somos força!". Na maioria de seus materiais de propaganda, utiliza o título de lançamento da chapa: "Bancário vota em quem sempre esteve na frente das lutas", junto com fotos da maioria dos integrantes da chapa em momentos de ação-piquetes, passeatas.

A disputa acirrada impede indicar favoritos. O discurso anticomunista da chapa 1 alia-se a uma tentativa de "vender" Beraldo Boaventura como "competente, democrático, honesto, sério, bom negociador". A chapa 2 busca desmistificar esta imagem com fatos que revelam a incompetência e autoritarismo do atual presidente do sindicato. (Pedro Augusto Pereira, da sucursal da Bahia)

38º CONGRESSO DA UNE

Um enorme passo para trás

A tendência estudantil Viração não participa mais da direção da União Nacional dos Estudantes. Na madrugada do dia 13, ao fim do 38º Congresso da entidade, ela foi derrotada por uma estranha frente, integrada por setores do movimento estudantil ligados à direção do PT, agrupamentos trotsquistas e pelo MR-8, e apoiada abertamente por membros da UDR-jovem. A imprensa tem apresentado diferentes interpretações para o resultado do congresso, mas basta saber como se desenvolveram seus trabalhos para perceber duas tendências: um cheiro forte de anticomunismo durante os trabalhos e a ameaça de partidarização da UNE após o evento.

Se os congressos da UNE têm sido marcados, desde a reconstrução da entidade em 79, por disputas extremamente acirradas entre as várias tendências que atuam no movimento estudantil, em nenhum deles o equilíbrio de forças e a impossibilidade de prever o resultado final foram tão grandes quanto no que se realizou nos últimos dias 10, 11 e 12, nas instalações modernas da Universidade de Campinas. E se as disputas são sempre cheias de alternativas e de surpresas, nada foi até hoje tão extravagante, tão injustificável politicamente e ao mesmo tempo tão revelador do caráter verdadeiro de certas correntes políticas quanto os acordos que se realizaram neste congresso, juntando num só campo o PT, o MR-8, o PMDB e a UDR, com um objetivo único: impor derrotas a Viração, a tendência estudantil ligada ao PCdoB.

Foi ficando claro que Viração tinha a maior bancada

A própria correlação de forças do congresso, no entanto, acabou demonstrando desde o início, que não seria fácil alcançar este objetivo. O primeiro teste de forças, que ocorreu no dia 11, logo após a instalação da primeira plenária geral de delegados, acabou revelando de forma incontestável que a bancada de Viração era isoladamente a mais numerosa.

Uma divergência em relação à pauta dos trabalhos colocou de um lado Viração, que queria discutir em primeiro lugar as lutas pela transformação da Universidade; de outro, o conjunto das forças petistas; e num terceiro campo, o PMDB e o MR-8. A contagem dos votos, um processo demorado que exigiu a divisão das arquibancadas em seis setores e a verificação individual dos crachás deu vitória para Viração, que contou com os votos do PCB, com 967 votos. O PT alcançou 871, e o PMDB e o MR-8, 107. Como a bancada pecebista reunia no máximo 60 delegados, segundo afirmaram suas próprias lideranças, foi possível concluir que a bancada de Viração suplantara a do PT em 40 delegados.

Ao se realizar o debate sobre o primeiro ponto de pauta no entanto, foi possível perceber até que ponto o PT, o MR-8 e o PMDB estavam dispostos a levar sua cruzada anticomunista.

O PT apresentou um texto amorfo, para o MR-8 apoiar

Os petistas esmeraram-se no esforço de apresentar uma resolução sobre lutas educacionais que fosse aceitável ao MR-8 e ao PMDB. O resultado foi um texto absolutamente desprovido de conteúdo político, que não faz menção sequer a teses já consagradas pela quase totalidade das forças progressistas

que atuam na área da educação, como a proibição de se destinarem verbas públicas para as escolas particulares. Os oradores que defenderam a proposta procuraram justificá-la alegando que era necessário unir a "oposição" à diretoria da UNE, e a bancada de Viração respondeu cantando um refrão irrevirante: "É ou não é/piada de salão/juntar com o MR-8/prá fazer oposição?"

A este texto amorfo, Viração contrapôs um outro reafirmando as idéias principais que têm sido defendidas pela UNE, como a aplicação de 8% do orçamento da União nas atividades de ensino, a revisão dos currículos visando adaptá-los à realidade nacional, e a aplicação dos recursos públicos exclusivamente nas escolas públicas.

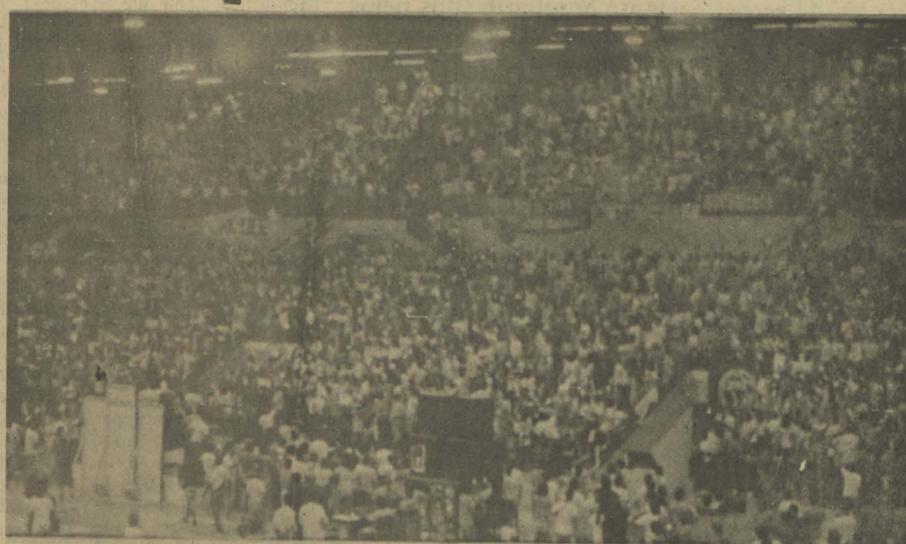
Mais uma vez foi impossível verificar visualmente o resultado, e foi necessário proceder a nova contagem individual de votos. O resultado, apurado somente às 6 horas da manhã da segunda-feira, apontou a vitória da geléia PT, MR-8, PMDB, pela estreita margem de cinco votos, o que desarma politicamente a UNE, num momento em que se exige dela atuação firme para enfrentar a pressão que os defensores do ensino pago exercem na Constituinte. Os delegados petistas que votaram na resolução vencedora traíram vergonhosamente os compromissos assumidos em suas escolas.

Os trabalhos só seriam retomados às 15 horas, com o debate a respeito da situação política do país. Dessa vez, era absolutamente impossível para o PT, o MR-8 e o PMDB chegar a qualquer acordo sem provocar defeições em suas bases, e o resultado foi uma importante vitória de Viração e da política progressista. O texto aprovado é contundente nas críticas ao governo Sarney, e é claro ao exigir diretas em '88 e condenar o pagamento da dívida externa. Dessa vez não foi necessário fazer contagem individual de crachás. A simples visualização do plenário permitiu constatar a posição majoritária.

Viração propôs proporcionalidade, contra a divisão

Restava a sempre complicada eleição da diretoria. Viração propôs que ela fosse feita de maneira proporcional, ou seja, que as diferentes chapas apresentadas participassem da diretoria com peso equivalente ao apoio que obtivessem no Congresso. Essa proposta tinha dois objetivos. Em primeiro lugar, era um instrumento poderoso para aliviar o clima de divisão que tem marcado o movimento estudantil há alguns anos. A experiência tem demonstrado que a formação de dois blocos, um de "situação" e outro de "oposição", ambos com força semelhante, tem conduzido a disputas sectárias no interior das entidades, impedindo ações unitárias de massa e desdobrando frequentemente para a formação de entidades paralelas. Ao reunir na direção da UNE todas as forças políticas, a eleição proporcional poderia, nesta conjuntura particular, contribuir para dissipar esta tensão.

Além disso, a proposta representava um novo esforço para desarticular a frente que unia as várias forças do PT ao MR-8. Isso porque um agrupamento petista em particular, a



Marcado pelo partidarismo, as decisões do congresso são um entrave à luta dos universitários

Convergência Socialista, tinha eleito seus delegados defendendo basicamente a eleição proporcional. Se estes delegados fossem fiéis ao que haviam defendido em suas escolas estaria assegurada a vitória da proporcionalidade.

Foi diante desse quadro de decisão que se tornou mais evidente o caráter anticomunista da aliança que se formara no congresso. O representante do diretório nacional do PT presente em Campinas pressionou todas as facções do partido a votarem contra a eleição proporcional, numa atitude que se revela ainda mais incongruente quando se sabe que a direção petista tem argumentado em favor das virtudes da proporcionalidade nas instâncias internas de seu próprio partido. A Convergência Socialista acabou capitulando diante destas pressões.

A bancada da UDR chega-se, e soma-se ao PT e ao MR-8

Mas foi um orador do MR-8 quem se encarregou de deixar explícito o objetivo da estranha frente. Num discurso marcado por uma fraseologia que fez lembrar as declarações dos reacionários mais empedernidos, ele justificou sua opção a favor da eleição majoritária repetindo várias vezes que era necessário "expurgar a Viração da diretoria da UNE".

A nota melancólica do Congresso seria dada logo a seguir, com a chegada de um grupo de militantes da corrente estudantil paranaense "Travessia", conhecida por suas ligações estreitas com a UDR. Embora não fossem delegados ao Congresso, estes elementos integraram-se imediatamente à torcida do aglomerado PT, MR-8, PMDB, e de lá passaram a entoar slogans com críti-

cas à proporcionalidade e com ataques a Viração.

A diferença final foi de apenas dezessete votos

No entanto, nem mesmo a soma de um leque tão heterodoxo de forças foi suficiente para definir de imediato o resultado. A primeira verificação de votos, visual, não permitiu chegar a uma conclusão definitiva. A contagem individual de crachás, feita mais uma vez com a divisão do plenário em seis setores, acabou com a derrota da proporcionalidade por uma margem mínima de 17 votos: 984 votos contra 967.

Por apenas 17 votos, equivalentes a 0,7% dos delegados inscritos ao Congresso, o resultado estava definido. O ex-presidente da UNE e coordenador da bancada de Viração, Renildo Calheiros, pediu então a palavra e criticou a decisão num discurso veemente, prevenindo que ela levaria à partidarização da UNE. Renildo lembrou que o tipo de articulação que tinha marcado o congresso era por si próprio partidarizante, pois unia forças com propostas políticas inteiramente distintas visando apenas impedir que uma corrente participasse da diretoria e permitir que outra - o PT - passasse a ocupá-la. Renildo acrescentou que Viração reconhecia as decisões do congresso, mas que deixaria o plenário em protesto contra o predomínio deste tipo de concepção anti-unitária.

Já eram 4 horas da manhã de terça-feira quando a então presidente da UNE, Gisela Mendonça, fez sua falação final, atacando asperamente a "frente de oposição" que se formara. "Onde estavam vocês quando os estudantes da Universidade Federal do Ceará invadiram a agência do SNI que funcionava no interior do

campus?", perguntou ela. "Onde estavam vocês quando a UNE realizou o Seminário Nacional de Constituinte? Onde estavam quando as escolas particulares se mobilizaram contra os aumentos abusivos das mensalidades?". Em seguida, respondeu: "Enquanto os estudantes saíam às ruas, vocês estavam chovendo contra a direção da UNE".

Gisela comunicou que sua tendência agora é oposição

A seguir, Gisela afirmou que daquele momento em diante Viração deixava de integrar a diretoria da UNE, da qual vinha participando há nove anos, e passava a constituir-se enquanto oposição, principalmente à partidarização da entidade. Boa parte dos integrantes de sua bancada não puderam esconder a emoção quando ela encerrou seu discurso.

E foi dessa forma emocionada que se retiraram. Além do slogan tradicional ("Força, Ação/Aqui é Viração") passaram a gritar um outro, que traduz sua nova postura: "Força, Ação/Aqui Oposição".

O Congresso prosseguiu, com os desdobramentos que eram previsíveis. O MR-8 e a UDR abandonaram o ginásio, demonstrando cabalmente que não desejavam nada mais que a derrota de Viração. Uma única chapa apresentou-se para disputar a diretoria da UNE. Esta chapa é hegemonizada pelo PT. Pior ainda, seus membros são, em sua grande maioria, ligados às tendências mais estreitas do partido, como o PRC, a Convergência Socialista e a "Libelu", e os prestíjios. Péssimo resultado para os universitários, para a UNE e para a luta do povo por um Brasil progressista.

(Antonio Martins)

O sr. Pae quer cargos

O grupo que se formou sob a liderança de Antonio Barbosa, e que foi expulso do PCdoB devido a suas ações antipartidárias, esteve presente ao congresso da UNE. Duas características básicas marçaram sua participação. Uma foram suas proporções ridículas. O grupo não conseguiu reunir mais do que cinco congressistas, dos quais dois não são mais estudantes e apenas dois eram delegados. Eram necessários todos juntos para lotar os lugares de um Volks.

Outra característica foi a diluição completa da ban-

cada do PT. Chefiada por Alcidon Pae, a estranha delegação não apenas assentou-se durante todo o congresso junto aos delegados petistas como também participou assiduamente das reuniões dessa bancada. Seu papel era fazer provocações.

Como prêmio por uma fidelidade tão canina, o PT deu aos barbosistas um cargo na diretoria que montou para a UNE. E a esse tipo de acordo que a "Folha de S. Paulo" se refere quando alega a participação de supostos "dissidentes de Viração" na diretoria.

O PT fala em unidade, mas...

Se é verdade que para compreender o caráter, os objetivos e o papel que cada partido desempenha de fato na vida política é preciso conhecer mais seus atos concretos que suas colocações, então o 38º congresso da UNE poderá trazer grandes ensinamentos para quem estiver interessado em entender a fundo o PT.

Este partido tem afirmado nos últimos tempos que é favorável a uma ampla unidade das forças progressis-

tas, o que não deixa de ser positivo. E tem ainda participado de certas ações unitárias, o que também é bom. Mas nos momentos decisivos, o PT acaba revelando que seu esforço pela unidade tem limites muito estreitos, e que é sempre mais fraco que suas tendências ao exclusivismo e ao anticomunismo.

Foi o que aconteceu em Campinas. Recusando-se terminantemente a formar com o PCdoB uma frente em que ambos os partidos parti-

cipassem em igualdade de condições, os petistas optaram por unir-se ao PMDB que em nada tem contribuído para que a crise brasileira seja resolvida de forma progressista, e ao MR-8, que defende abertamente o mandato de 5 anos para Sarney. O fato tornou-se ainda mais revelador e preocupante quando se sabe que na direção da bancada petista estava um membro do diretório nacional do partido, indicado pela executiva especialmente para realizar a tarefa.



Gisela à "oposição": "Onde estavam vocês quando os estudantes lutavam?"

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Jofilly, Olivia Rangel. ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Venâncio IV, sala 312 - CEP 69900. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja. CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro, Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARA - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatú: praça Otávio Bomfim, s/n. Altos - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 - CEP 62100. ESPÍRITO SANTO - Cacoeneiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921 - Fone: 221-5444 - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARÁIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Marinho, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1349 - Fone: 222.2044 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiá, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1352, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Joinville: 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar - Caixa Postal 543 CEP 89700. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis:

Praca XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. Campinas: R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 28, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaca, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviédo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Base Tip e Fontello. Folha Editora Ltda. Fone: 35.9738. Impressão: Cia. Jorjais. Fone: 845-4999 - São Paulo

Porta aberta aos despejos

Depois de serem bastante bombardeados pelos altos preços dos aluguéis, os inquilinos foram vítimas de mais dois petardos disparados nos últimos dias. As ações de despejo recomeçaram com toda força - estavam suspensas há três meses - e o novo anteprojeto da Lei do Inquilinato, elaborado pelo governo, entre outras coisas, traz de volta a denúncia vazia. Estas medidas demonstram um descarado favorecimento aos proprietários.

Os inquilinos estão numa situação desesperadora. Primeiro são os altos reajustes dos aluguéis, baseados na OTN (acima da variação dos salários) e agora estão ameaçados pelo despejo. A partir do dia 12 de outubro recomeçaram as execuções judiciais das ações de despejo. Esta corrente que ficou represada durante 90 dias tende a retomar o seu curso ainda com mais ímpeto.

Os números de despejos aumentaram assustadoramente nos últimos dois anos. Em São Paulo, por exemplo, o número de inquilinos despejados judicialmente saltou de 3.595 em 1985 para 20.704 em 1986. Nos oito primeiros meses

deste ano esta cifra chegou a 28.329. Fazendo uma projeção para todo o ano, calcula-se que haverá 54 mil despejos. Isto representará mais de 270 mil pessoas jogadas no olho da rua, pois para cada despejo, em média, cinco pessoas são atingidas.

POUCO ORGANIZADOS

O nível de organização dos inquilinos é baixo e algumas de suas entidades tem procurado o apoio de políticos e entidades sindicais em busca de uma solução. A Comissão de Defesa do Consumidor discutiu a questão dos aluguéis na Câmara Municipal de São Paulo com 28 entidades. O presidente da Comissão, vereador Marcos

Mendonça, acha que "é essencial que o governo baixe um decreto imediatamente. E se essa situação continuar indefinida por mais algum tempo, não sei o que pode acontecer no país. Estamos à beira de um verdadeiro caos social, se é que já não o estamos vivendo".

A lei pouco favorece o locatário. Segundo o advogado Vicente Roig, que assessorava o Movimento dos Sem Casa, "na parte jurídica a chance dos inquilinos é muito pequena. Não acontece nada para o proprietário que pede a casa alugada uso pessoal, com o único objetivo de desocupar o imóvel. O inquilino dificilmente consegue provar a insinceridade do locador. Ele sai da casa e depois tem de entrar de novo na justiça para reaver doze vezes o valor do aluguel que ele pagava, que com a inflação já perdeu muito do seu valor".

LEI DO INQUILINATO

Se a situação já está ruim para o inquilino hoje, ficará pior se for aprovado o anteprojeto da Lei do Inquilinato, elaborado pelo Ministério da

Justiça e Consultoria Geral da República. Na verdade, o governo estará levando de bariga esta questão, pois o projeto vem sendo discutido desde o início do ano. E a julgar pelas propostas já divulgadas pela imprensa, dará carta-branca aos donos de imóveis. Segundo o consultor-geral Saulo Ramos, agora é hora de dar "uma chance aos proprietários".

Na visão miope de Saulo Ramos, há uma "excessiva proteção ao inquilino" e isto está atrapalhando o crescimento do mercado de imóveis. Por isso ele propõe que na promulgação da Lei do Inquilinato permita-se "que todos os imóveis tenham seus valores reais fixados de novo". Isto significa que haverá nova elevação dos aluguéis de acordo com a vontade dos proprietários.

Na proposta elaborada pela consultoria Geral da República se prevê a permissão para o despejo imotivado (ou denúncia vazia) para os imóveis construídos após a promulgação da lei. A denúncia vazia já vigorou de 1964 a 1979 e só foi abolida depois de intensas campanhas. Ela dá todo o poder aos proprietários. O inquilino a qualquer momento pode ser despejado.

Uma outra medida favorável ao proprietário e que deverá constar da nova Lei do Inquilinato será a redução do período da revisional (época em que a lei tacita a revisão dos valores do aluguel) que hoje é feita de cinco em cinco anos. "Acho que este prazo poderia ser diminuído para três anos", comenta Saulo Ramos. Até a pena de prisão para o proprietário que alegar motivo falso para despejar o inquilino será abolida no anteprojeto. Para dourar esta pílula venenosa o valor da multa para estes casos será aumentada, podendo chegar até 24 vezes o valor do novo aluguel cobrado

(Domingos Abreu)



Apartamentos financiados pela Caixa: só os ricos tem acesso

Casa para quem?

Porque o preço dos aluguéis dispararam, atingindo as nuvens, empurrando um número cada vez maior de famílias para as favelas e cortiços? Entre outros pontos, há um fundamental, que é o agravamento do déficit habitacional, que no país já atinge cerca de 10 milhões de moradias. Como no sistema capitalista os preços são regulados pela lei da oferta e procura, era natural que os preços dos aluguéis se elevassem a um patamar muito superior ao da inflação.

Apesar da precariedade da moradia do povo, nos últimos anos o governo praticamente abandonou a construção de habitações populares. A Caixa Econômica Federal, que assumiu o lugar do BNH, exige tais

condições para financiar um imóvel que apenas um reduzido número de privilegiados tem acesso a estes recursos. A saída para uma grande parcela é a auto-construção, sem ajuda de qualquer órgão público.

Após 1964 não faltaram planos demagógicos, sempre alardeando soluções miraculosas para a questão da moradia. Estas medidas fracassaram totalmente em oferecer habitação popular de acordo com as necessidades, apenas dando lucros altíssimos às construtoras e agentes imobiliários. O governo, além de ignorar os setores de baixa renda da população, tratou a habitação apenas como uma mercadoria comum, sem levar em conta o problema social intrínseco ao assunto.



"Goianobyl"

CNEN deve muitas explicações

Há quase um mês do acidente ocorrido com a bomba de céso-137 em Goiânia, a população continua sem informações seguras e o governo tenta apenas desviar as atenções do fato, num gesto voltado mais para aliviar a consciência e minimizar a culpa, o governo do Estado diz que Goiânia é a "capital da paz", e promete desapropriar duas casas na rua 57 - principais focos de radiação - para construir um parque e erguer um monumento às vítimas do desastre.

Os técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) insistem em dizer que o perigo está controlado e que tudo está sendo feito para sanar os danos, de acordo com normas internacionais. Mas desgrazadamente, em contradição flagrante com estas afirmações, mais dois focos de radiação foram detectados na cidade de Anápolis, a 45 quilômetros da capital, e tomou-se conhecimento de que dez caminhões carregados de papel possivelmente contaminado pelo céso foram vendidos para empresas paulistas pela Copel (Comércio de Aparas de Papel Ltda.) E, na quarta feira, dia 14, a coleta de lixo radioativo foi interrompida em Goiânia simplesmente pela falta de tambores apropriados - será que isto está de acordo com os "procedimentos internacionais"?

Durante todo o dia 13, técnicos da CNEN dedicaram-se ao monitoramento de 30 toneladas de papel no depósito da Copel e, no final da tarde, dois fardos tinham sido separados por apresentarem índices de radiação. As equipes da CNEN do Rio de Janeiro e São Paulo estão alertadas para evitar o alastramento do problema.

A contaminação do papel foi descoberta inteiramente por acaso quando técnicos que voltavam de Anápolis detectaram pequenos índices de radioatividade em um caminhão da Copel. O proprietário da firma, José Alvarenga, supõe que isto deve ter acontecido quando o veículo transportava uma tonelada de papel, comprada no dia

24, no depósito de Ivo Alves Ferreira, uma das vítimas que está internada no Rio de Janeiro. Todas as fábricas de papel paulistas devem portanto passar por uma vistoria.

QUEM PAGA?

O físico Flamarion Barbosa Goulart, supervisor do Instituto Goiano de Radioterapia, foi indiciado pela Polícia Federal, depois de prestar depoimento sobre o acidente. Os proprietários do estabelecimento e Flamarion estão sendo usados como bodes expiatórios para afastar a atenção dos brasileiros dos responsáveis principais. Não se pode admitir que um acontecimento destas proporções, com material radioativo, fique confinado aos limites municipais ou simplesmente às paredes do instituto. O governo federal e a CNEN não podem se livrar da irresponsabilidade praticada e não se pode deixar de questionar a política nuclear vigente.

O físico nuclear e reitor da USP, José Goldemberg, em entrevista num canal de televisão, apontou o absurdo da CNEN não ter possibilidade de se contrapor ao poder Executivo, por ser um órgão subordinado à Presidência da República, e condenou o fato da CNEN "delegar" poderes aos governos estaduais ou a órgãos estaduais, na fiscalização do material de alto risco, como é o caso do céso.

COMO PREVENIR

O médico radioterapeuta, Amarílio Monteiro de Oliveira também identificado crivelmente na Secretaria de

Segurança Pública, por envolvimento no abandono do aparelho radiológico, declarou que a desativação da bomba de céso foi imediatamente comunicada à CNEN. Ele revelou que "nunca houve fiscalização espontânea por parte da CNEN".

Foi revelado ainda que o acidente com o céso não foi o primeiro que acontece em Goiânia. No ano passado, no hospital do Inamps no bairro Campinas, a radiação vitimou Geraldo Bueno da Silva, Pedro Tomás da Silva e Maria Abadia Pires. Os dois primeiros estão sob licença médica e a terceira continua trabalhando, mesmo com os sinais de contaminação. Tal fato desmente novamente a CNEN, que diz proteger os funcionários eventualmente atingidos através de direito à aposentadoria.

O povo goiano e os brasileiros em geral estão interessados em um relato detalhado e rigoroso, apontando as responsabilidades na catástrofe de Goiânia, em particular sobre a atividade da CNEN na prevenção de coisas deste tipo. Querem saber que tipo de fiscalização era exercida sobre o aparelho sinistrado e sobre os demais existentes no país, qual a periodicidade deste aparelho e, em particular, quais as datas dos exames realizados no Instituto de Radioterapia. Nossa gente quer saber também, como um mínimo de rigor científico, como andam os projetos nucleares no Brasil, em grande parte herdados do regime militar.

(Sucursal-Goias)

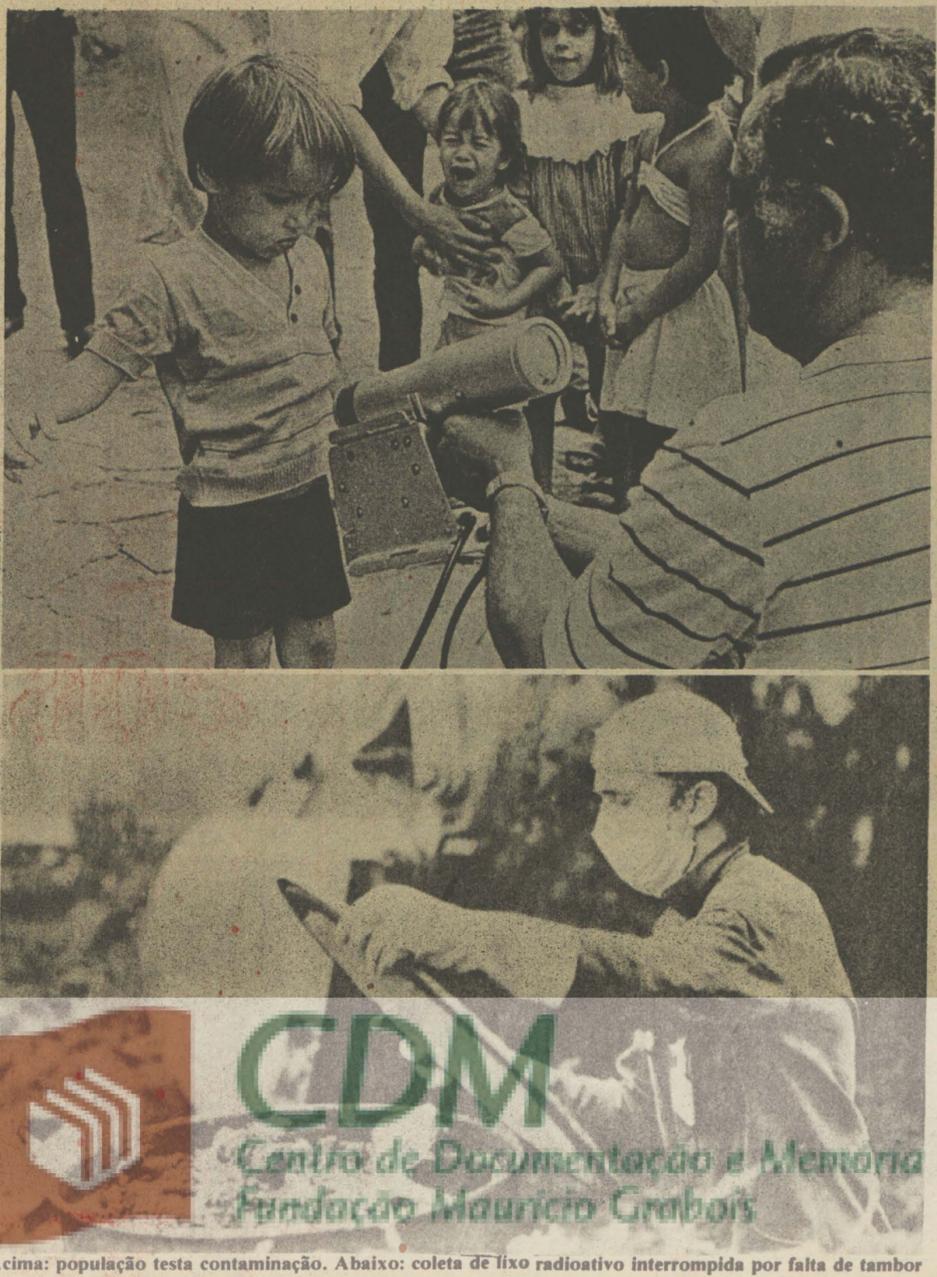


Foto: Luiz Novais

Acima: população testa contaminação. Abaixo: coleta de lixo radioativo interrompida por falta de tambor